



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Larissa Lorrany Gonçalves de Oliveira

**A Internacionalização da Universidade de Brasília: Acolhimento e Integração na
Perspectiva de Estudantes Migrantes e em Mobilidade**

**Brasília
2025**

Larissa Lorrany Gonçalves de Oliveira

**A Internacionalização da Universidade de Brasília: Acolhimento e Integração na
Perspectiva de Estudantes Migrantes e em Mobilidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia, pela Universidade de Brasília.

Profª. Dra. Tânia Mara Passarelli Tonhati
Orientadora
(Universidade de Brasília)

Profª. Dra. Christiane Machado Coêlho
Examinadora
(Universidade de Brasília)

Brasília
2025

Dedico este trabalho:

A minha avó Nilza (in memoriam), que me ensinou o valor dos estudos e da autonomia. A minha mãe, Maria Aparecida, que, sendo mãe solo, nunca deixou faltar nada e sempre fez dos meus estudos uma prioridade. A minha tia Vitalina, pelo apoio incondicional, e a minha irmã Vanessa, que me ofereceu colo e suporte emocional nos momentos em que pensei em desistir. Dedico também a Stella, minha sobrinha, e a minha irmã Amanda, a quem desejo um futuro em uma universidade pública. Ao meu marido, João Pedro, que demonstrou ser um grande companheiro de vida. A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para este trabalho. E, especialmente, aos migrantes que desejam chamar o Brasil de casa.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso investiga a internacionalização do ensino superior no Brasil, com foco na Universidade de Brasília (UnB) e na experiência de estudantes em mobilidade internacional e imigrantes, sendo esses os principais perfis encontrados na instituição. Compreende-se que a globalização tem impulsionado a mobilidade acadêmica, exigindo novas políticas e práticas institucionais para garantir a inclusão e o acolhimento desses estudantes. Contudo, embora a internacionalização vise aprimorar a qualidade do ensino, pesquisa e extensão, ela também levanta desafios relacionados ao suporte e integração dos estudantes em mobilidade internacional e imigrantes no ambiente universitário. A pesquisa tem como objetivo compreender as percepções dos estudantes em mobilidade internacional e imigrantes sobre os processos de acolhimento e integração na Universidade de Brasília (UnB). Para isso, foram conduzidas entrevistas com os próprios estudantes e com representantes de setores institucionais responsáveis por políticas de assistência e atendimento, como a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) ambos indicadas pela experiência dos estudantes. Além disso, foram consultadas iniciativas como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm) e o projeto INTEGRA, que atua diretamente na promoção da integração acadêmica e social desses estudantes. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, baseada na realização de entrevistas semi-estruturadas, permitindo que os participantes expressassem suas experiências. O método de amostragem bola de neve foi empregado para identificar os entrevistados, dado o perfil específico dos participantes. A metodologia qualitativa adotada possibilitou uma análise aprofundada das percepções e vivências dos estudantes sobre hospitalidade, acolhimento e integração, além de expressarem os desafios que enfrentam no ambiente universitário desde o convívio até o acesso à auxílios de permanência. Os resultados indicam que, apesar dos esforços institucionais, ainda há dificuldades significativas relacionadas à adaptação cultural, acesso a serviços de assistência estudantil e barreiras linguísticas. A percepção dos estudantes sobre o acolhimento varia conforme o suporte recebido e a interação com a comunidade acadêmica. A análise também destaca a importância de políticas institucionais mais inclusivas e de ações voltadas para o fortalecimento do vínculo entre os estudantes em mobilidade internacional e imigrantes e a universidade. Este estudo contribui para o debate sobre a internacionalização do ensino superior no Brasil ao trazer uma perspectiva centrada nas experiências vividas pelos estudantes. Os achados reforçam a necessidade de aperfeiçoamento e da institucionalização das políticas de acolhimento e integração, garantindo que a internacionalização seja acompanhada de políticas eficazes voltadas para atender às necessidades desse perfil de estudantes.

Palavras-chave: internacionalização, educação, mobilidade, estudantes internacionais, imigrantes.

ABSTRACT

This undergraduate thesis investigates the internationalization of higher education in Brazil, with a focus on the University of Brasília (UnB) and the experience of international mobility students and immigrant students, as these are the main profiles found at the institution. It is understood that globalization has driven academic mobility, requiring new institutional policies and practices to ensure the inclusion and support of these students. However, although internationalization aims to enhance the quality of teaching, research, and outreach, it also raises challenges related to the support and integration of international mobility and immigrant students within the university environment. The research aims to understand the perceptions of international mobility and immigrant students regarding the processes of reception and integration at the University of Brasília (UnB). To this end, interviews were conducted with the students themselves, as well as with representatives from institutional sectors responsible for assistance and support policies, such as the Office for International Affairs (INT), the Office for Human Rights (SDH), and the Directorate of Social Development (DDS), all identified through the students' experiences. In addition, initiatives such as the Sérgio Vieira de Mello Chair (CSVM) and the INTEGRA project, which work directly to promote the academic and social integration of these students, were also consulted. The research employed a qualitative approach, based on semi-structured interviews that allowed participants to share their experiences. The snowball sampling method was used to identify interviewees, given the specific profile of the participants. The qualitative methodology adopted enabled an in-depth analysis of students' perceptions and experiences regarding hospitality, reception, and integration, as well as the challenges they face within the university environment — from social interaction to access to student support programs. The results indicate that, despite institutional efforts, there are still significant difficulties related to cultural adaptation, access to student assistance services, and language barriers. Students' perceptions of reception vary according to the support they receive and their interaction with the academic community. The analysis also highlights the importance of more inclusive institutional policies and actions aimed at strengthening the relationship between international mobility and immigrant students and the university. This study contributes to the debate on the internationalization of higher education in Brazil by offering a perspective centered on the lived experiences of students. The findings reinforce the need for improvements and the institutionalization of reception and integration policies, ensuring that internationalization is accompanied by effective measures to meet the needs of this student profile.

Keywords: internationalization, education, mobility, international students, immigrants.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COGEM	Coordenação de Moradia Estudantil
COMIGRAR	Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CsF	Programa Ciência sem Fronteiras
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
DAAD	Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DEG	Decanato de Graduação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERASMUS Students	European Region Action Scheme for the Mobility of University Students
ESN	Erasmus Student Network
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituições de Ensino Superior
INT	Secretaria de Assuntos Internacionais
LAEMI	Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAI	Mobilidade Acadêmica Internacional
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PLE	Português como Língua Estrangeira
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RU	Restaurante Universitário
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UDF	Universidade do Distrito Federal
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.	Capítulo: INTRODUÇÃO	12
2.	Capítulo: Mobilidade e a Internacionalização das Universidades Brasileiras	16
2.1.	A Formação das Universidades no Brasil e o Processo de Internacionalização	18
2.2.	A Internacionalização do Ensino Superior no Brasil.....	24
2.3.	Mobilidade acadêmica para estudantes internacionais: conceitos, diferenças e políticas educacionais.....	29
2.4.	Internacionalização e Políticas de Acesso	32
3.	Capítulo: Programas de Mobilidade Acadêmica dentro da Universidade de Brasília	36
3.1.	Mobilidade Acadêmica (Graduação e Pós-Graduação).....	39
3.2.	Acordo Cultural PEC-G.....	41
3.3.	Matrícula Cortesia	44
3.4.	Refugiados	45
3.5.	Dupla Diplomação	47
3.6.	Cotutela (Pós-Graduação).....	49
4.	Capítulo: Procedimentos Metodológicos	51
5.	Capítulo: Vivências e Percepções dos Estudantes Internacionais na Universidade de Brasília (UnB)	59
5.1.	<i>Percepções sobre o Acolhimento e a Integração Universitária.....</i>	60
5.1.2.	<i>Barreiras informacionais e acolhimento solidário na UnB</i>	63
5.1.3.	<i>Acolhimento e Integração: Ausência Institucional e Apoio Coletivo.....</i>	66
5.1.4.	<i>Acesso à Assistência Estudantil.....</i>	68
6.	Capítulo Estrutura e Ações Institucionais de Acolhimento e Integração na Universidade de Brasília	73
6.1.	Secretaria de Assuntos Internacionais (INT).....	76
6.2.	Secretaria de Direitos Humanos (SDH).....	80
6.3.	Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS)	83
6.4.	Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm).....	86

6.5.	Projeto INTEGRA	90
7.	CONCLUSÃO.....	94
8.	REFERÊNCIAS.....	100
9.	ANEXOS.....	107
9.1.	Anexo A – Roteiro de Entrevista em Profundidade para Estudantes Internacionais	
	107	
9.2.	Anexo B – Roteiro de Entrevista em Profundidade para Secretaria de Assuntos Internacionais (INT)	108
9.3.	Anexo C – Roteiro de Entrevista Secretaria de Direitos Humanos (SDH)	109
9.4.	Anexo D – Roteiro de Entrevista Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS)....	110

FIGURAS

Figura 1- Post de Divulgação: Manifestação de Interesse.....	52
Figura 2 - Cartaz de Divulgação: Manifestação de Interesse	53
Figura 3 - Story de Divulgação: Manifestação de Interesse	54

TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por sexo, nacionalidade, modalidade de entrada e curso.....	55
---	----

1. Capítulo: INTRODUÇÃO

O processo de globalização trouxe à sociedade novas tendências e formas de viver, resultando em transformações tanto no âmbito econômico, social, cultural quanto acadêmico. Nesse contexto, a globalização se relaciona com a internacionalização das Universidades, embora esses conceitos não sejam equivalentes (Manços; Coelho, 2017). Como será detalhado ao longo deste trabalho, a internacionalização envolve políticas e práticas implementadas por sistemas acadêmicos e instituições, com o objetivo de lidar com o contexto global.

A internacionalização vai além da simples inserção das universidades brasileiras no cenário global. Seu objetivo principal é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, ao promover a integração das instituições de ensino superior no contexto internacional (Ibidem, 2017). Assim, a universidade se posiciona como um espaço receptor, reconhecido pela excelência no ensino, atraindo estudantes, pesquisadores e profissionais de diversas partes do mundo. No entanto, esse processo também levanta questões importantes sobre o acolhimento dos estudantes internacionais, imigrantes e, ainda, refugiados e apátridas.

Com o passar dos anos, as universidades brasileiras acumularam significativa experiência no recebimento de estudantes internacionais, em mobilidade e estudantes com *status* de imigrante, refugiado e apátrida. A globalização impulsionou a mobilidade estudantil de forma expressiva, o que, por sua vez, gerou novos desafios no campo das políticas educacionais e de assistência (Miranda; Fossati, 2020).

O fenômeno da migração ocorre por diversos motivos, que vão desde razões laborais, ambientais e conflitos até questões de cunho pessoais, especialmente no que se refere às motivações educacionais. Dessa forma, os fluxos migratórios, dos quais os estudantes fazem parte, são motivados, em grande parte, pelo desejo de acesso a oportunidades educacionais fora de seus países de origem (Ibidem, 2020).

Após essa breve introdução ao tema, proponho-me, nesta monografia, a investigar a presença de estudantes em mobilidade, migrantes, refugiados e apátridas na Universidade de Brasília (UnB), com foco em compreender de que forma esses sujeitos vivenciam os processos institucionais e sociais de acolhimento e integração e como percebem tais experiências no cotidiano universitário. A partir de uma introdução aos conceitos de internacionalização e

mobilidade acadêmica, estabeleci como objetivo geral compreender a percepção desses estudantes sobre o acolhimento e a integração na Universidade de Brasília (UnB), considerando tanto as ações institucionais quanto as relações estabelecidas na comunidade acadêmica.

Para alcançar esse objetivo, defini como procedimentos de pesquisa: (i) a realização de entrevistas com estudantes em mobilidade, migrantes, refugiados e apátridas vinculados à universidade; (ii) a condução de entrevistas com representantes dos setores institucionais responsáveis pelo atendimento aos estudantes em mobilidade acadêmica, tais como a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) e o projeto de extensão INTEGRA; e (iii) a análise das políticas institucionais vigentes, articulando-as com as percepções e narrativas trazidas pelos entrevistados.

A escolha deste tema está diretamente relacionada ao meu percurso acadêmico. Ao longo da graduação, dediquei-me ao estudo dos direitos humanos e das migrações internacionais, áreas que passaram a orientar minha formação e atuação profissional. Esse envolvimento se consolidou, sobretudo, a partir da participação no projeto de extensão realizado em 2024, vinculado ao Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI), com o qual mantenho vínculo acadêmico e de pesquisa. À época, participei do mapeamento de estudantes e docentes imigrantes, refugiados e apátridas na Universidade de Brasília (UnB), bem como do levantamento e análise das políticas institucionais voltadas ao acolhimento e à integração desses públicos.

Considero relevante, portanto, aprofundar essa discussão, propondo uma análise atualizada e ancorada nas experiências e vivências pessoais dos estudantes internacionais. Este estudo busca compreender de que forma os estudantes percebem o acolhimento oferecido pela universidade, quais obstáculos enfrentam, e de que modo constroem suas redes de apoio e pertencimento no ambiente acadêmico.

A monografia está organizada em sete capítulos. No primeiro capítulo, apresento o tema, os objetivos, a justificativa e a delimitação do estudo. O segundo capítulo, intitulado Mobilidade e a Internacionalização das Universidades Brasileiras, subdivide-se em quatro seções: A Formação das Universidades no Brasil e o Processo de Internacionalização; A Internacionalização do Ensino Superior no Brasil; Mobilidade Acadêmica para Estudantes Internacionais: Conceitos, Diferenças e Políticas Educacionais; e Internacionalização e Políticas de Acesso.

No terceiro capítulo, analiso os Programas de Mobilidade Acadêmica na Universidade de Brasília, organizados nas seguintes seções: Mobilidade Acadêmica (Graduação e Pós-Graduação); Acordo Cultural PEC-G; Matrícula Cortesia e Refugiados; Dupla Diplomação; e Cotutela (Pós-Graduação).

O quarto capítulo é dedicado aos Procedimentos Metodológicos, onde descrevo as estratégias de coleta, análise e interpretação dos dados. Neste trabalho, optei pela abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas como técnica central de investigação. Segundo Goldenberg (1997), o método qualitativo busca a descrição aprofundada dos fenômenos sociais, visando compreender suas múltiplas dimensões. Assim, as entrevistas foram escolhidas por possibilitarem ao entrevistado liberdade para relatar suas experiências, enquanto eu, como entrevistadora, adotei uma postura de escuta ativa, intervindo o mínimo possível para não interromper o fluxo das narrativas, conforme recomenda Boni e Quaresma (2005).

Para acessar os estudantes que compõem o perfil da pesquisa, utilizei a técnica de amostragem bola de neve, reconhecida como eficaz para alcançar grupos de difícil acesso (Vinuto, 2014). Com isso, obtive um conjunto de entrevistas que possibilitou a construção de um panorama qualitativo sobre o acolhimento e a integração desses estudantes na instituição.

O quinto capítulo apresenta as análises qualitativas, organizadas em quatro seções: Percepções sobre o Acolhimento e a Integração Universitária; Barreiras Informacionais e Acolhimento Solidário na UnB; Acolhimento e Integração: Ausência Institucional e Apoio Coletivo; e Acesso à Assistência Estudantil. Busquei, nessa etapa, identificar as principais dificuldades relatadas pelos estudantes, além de compreender as estratégias que mobilizam para superar essas barreiras e construir seus percursos acadêmicos.

No sexto capítulo, abordo as Estruturas e Ações Institucionais de Acolhimento e Integração na Universidade de Brasília, analisando o papel e as atividades desenvolvidas pelos setores da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) e projeto INTEGRA.

Por fim, no sétimo capítulo, apresento as Considerações Finais, retomando os principais achados do estudo, discutindo suas implicações e propondo sugestões para o aprimoramento das políticas institucionais voltadas aos estudantes em mobilidade, migrantes, refugiados e apátridas na Universidade de Brasília (UnB), além de apontar caminhos para pesquisas futuras.

Com esta pesquisa, espero contribuir para o debate sobre a internacionalização universitária sob a perspectiva dos sujeitos em mobilidade, migrantes, refugiados e apátridas destacando a importância de políticas institucionais eficazes e sensíveis às especificidades desses estudantes.

2. Capítulo: Mobilidade e a Internacionalização das Universidades Brasileiras

Este capítulo apresenta um panorama sobre a formação das universidades no Brasil e a iniciação do processo de internacionalização no ensino superior. A trajetória da educação superior brasileira foi historicamente marcada por desafios políticos e institucionais.

Durante o período colonial, as políticas portuguesas desestimulavam a criação de universidades no Brasil, incentivando a elite colonial a realizar seus estudos superiores na Europa, especialmente na Universidade de Coimbra, em Portugal. Essa centralização do ensino superior fora da colônia, somada à resistência local de setores conservadores, dificultou a implementação de instituições acadêmicas no Brasil, resultando apenas em tentativas isoladas até o século XIX. Com a chegada da Família Real em 1808, foram criados os primeiros cursos superiores no país, voltados às demandas técnicas e administrativas do Estado, como medicina, engenharia e direito.

A primeira universidade oficial, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), foi fundada apenas em 1920, reunindo escolas profissionais sem, no entanto, promover uma integração acadêmica plena. Na década de 1930, novas instituições começaram a surgir, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF), cada uma inspirada em diferentes modelos acadêmicos. Foi durante o governo de Getúlio Vargas (1930–1945) que o ensino superior brasileiro se consolidou, com a criação do Estatuto das Universidades e a regulamentação da autonomia universitária, estabelecendo bases para a organização do sistema universitário nacional.

Nos anos 1960, a fundação da Universidade de Brasília (UnB) representou a implementação de um novo modelo universitário, que incorporou pesquisa e inovação. A reforma universitária de 1968 reorganizou o ensino superior, estabelecendo departamentos acadêmicos e fortalecendo a pós-graduação. Nos anos 1990, a expansão das universidades públicas e privadas, aliada a políticas de inclusão, diversificou o perfil estudantil, ampliando o acesso ao ensino superior.

O processo de internacionalização da ciência se intensificou no final do século XX, impulsionado por programas de mobilidade acadêmica e parcerias institucionais. O Brasil ampliou sua participação em redes de pesquisa globais, facilitando o intercâmbio de estudantes e docentes. Nesse contexto, a Universidade de Brasília (UnB) se destaca, recebendo estudantes

internacionais e desenvolvendo políticas de acolhimento e permanência que visam fortalecer a experiência acadêmica e promover a diversidade cultural no ambiente universitário.

A Mobilidade Acadêmica Internacional (MAI) é um tema central nas discussões sobre a internacionalização do ensino superior, envolvendo docentes, pesquisadores, instituições e formuladores de políticas educacionais. Os objetivos da Mobilidade Acadêmica Internacional (MAI) variam, desde a promoção da solidariedade global até as estratégias institucionais de crescimento.

O capítulo também abordará o conceito de mobilidade humana, entendido como os múltiplos deslocamentos e fluxos que atravessam territórios e fronteiras, configurando-se como elemento central para a análise das dinâmicas sociais contemporâneas. Além disso, será discutido a mobilidade não sendo apenas como deslocamento físico, mas como um princípio organizador das formas sociais globais, capaz de desafiar modelos explicativos baseados em estruturas fixas. Por fim, será analisado como as compressões de tempo e espaço, impulsionadas pelo avanço das tecnologias de transporte e comunicação, intensificam as redes e conexões transnacionais, reorganizando as experiências sociais em escala planetária.

Para aprofundar a discussão e situar o leitor nos conceitos trabalhados, será abordada a distinção entre estrangeiro e imigrante, conforme a literatura científica, o que é fundamental para compreender o lugar ocupado pelos estudantes internacionais. Por fim, a seção seguinte apresentará brevemente programas internacionais, como o ERASMUS e o Processo de Bolonha, que foram decisivos para impulsionar a mobilidade acadêmica na Europa. No Brasil, a mobilidade acadêmica é regulamentada por acordos internacionais e políticas específicas, com o objetivo de ampliar o acesso de estudantes internacionais, imigrantes e refugiados às universidades, sendo a Universidade de Brasília (UnB) um exemplo relevante nesse cenário.

2.1. A Formação das Universidades no Brasil e o Processo de Internacionalização

A formação das universidades no Brasil é um processo iniciado no final do século XIX e que se consolida durante o século XX. Ao longo da história, diversas interpretações foram apresentadas acerca de sua trajetória, bem como dos impasses políticos e institucionais que marcaram esse percurso. Para compreender o processo de internacionalização e, posteriormente, analisar os perfis dos estudantes internacionais que ingressam nas universidades brasileiras, especialmente na Universidade de Brasília (UnB), é fundamental explorar suas percepções por meio de suas vivências. Tal compreensão exige uma análise das forças sociais e institucionais que movem essas instituições, com o objetivo de formular políticas de acolhimento e permanência mais eficazes. Para tanto, inicia-se com a formação das universidades no contexto do Brasil.

Toma-se como ponto de partida dessa discussão o processo de colonização no Brasil. A criação de universidades no território colonial enfrentou resistências, tanto por parte de Portugal, cujas políticas colonizadoras desincentivavam o desenvolvimento de instituições de ensino superior na colônia, quanto por parte das elites locais, que não viam justificativa para tal iniciativa de construção educacional. Naquela época, considerava-se mais adequado que os interessados, a elite portuguesa residente, buscassem a Europa, especialmente Portugal, para realizar seus estudos superiores (Fávero, 2006).

Nesse sentido, pode-se considerar que, até o Primeiro Reinado (1822–1831), Portugal desempenhou um papel central na formação educacional das elites brasileiras. Embora tenham existido tentativas de criar universidades no Brasil ao longo dos anos que se sucederam, essas iniciativas não tiveram sucesso, e o processo de construção de uma universidade no país se arrastou por mais de um século (Idem, 2006).

Além disso, os laços de independência não foram neutros. À época, esses vínculos atendiam aos interesses de grupos específicos, como os jesuítas, que desde 1555 detinham o controle da Universidade de Coimbra. Essa instituição, por sua vez, configurava-se como um dos instrumentos mais úteis para a propagação do pombalismo, conhecido como um conjunto de reformas políticas, econômicas e educacionais implementadas pelo ministro português

Marquês de Pombal no século XVIII, voltadas à centralização do poder e à modernização do Estado e do espírito nacionalista (Mendonça et al., 2000, p.133).

Em síntese, esse período histórico pode ser compreendido em três fases. A primeira, durante o período colonial (1500–1822), caracterizou-se por um ensino voltado para a catequese e para a difusão dos costumes europeus, tendo como objetivo principal a formação religiosa e moral da população. Em segundo lugar, no período da monarquia (1822–1889), destaca-se a criação do ensino primário, do curso secundário regular e das primeiras escolas superiores no Brasil (Bohrer; Puehringer; Silva; Nairdof, 2008). Vale ressaltar que, mesmo tendo se tornado sede da Monarquia com a vinda da Família Real portuguesa para o país em 1808, o Brasil conseguiu instituir apenas algumas escolas superiores voltadas à formação profissional. Foi justamente a partir de 1808 que se criaram cursos e instituições acadêmicas destinadas, sobretudo, à preparação de profissionais para atender as demandas técnicas e administrativas do Estado (Fávero, 2006).

Nesta época, destaca-se que o príncipe regente Dom João criou instituições de ensino isoladas nas regiões Norte e Sul do país para atender às necessidades imediatas que o contexto social exigia. Entre elas, destacam-se os cursos de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, que tinham como objetivo formar médicos para a marinha e o exército. Em 1810, foi fundada a Academia Real Militar, destinada à formação de engenheiros e ao preparo para a carreira militar. Posteriormente, em 1827, foram criados os primeiros cursos jurídicos do Brasil, localizados em Olinda e São Paulo, consolidando núcleos de formação superior na área do direito (Flores, 2017, p. 405).

Além disso, os cursos jurídicos tinham o papel de enobrecer a elite branca nacional, funcionando como instrumento de legitimação social e política para os filhos das famílias mais influentes do país. Eram os mais procurados, principalmente porque a formação humanística oferecida se distanciava do trabalho manual, atividade associada à população escravizada e às camadas populares. Os diplomas jurídicos não se limitavam a formar advogados, mas também magistrados e administradores públicos, responsáveis por compor a estrutura do Estado com seu conhecimento das leis e garantir a manutenção da ordem social vigente. Por essas razões, os cursos jurídicos atraíam as elites e também começavam a formar uma incipiente classe média letreada, que via nos estudos uma oportunidade de reprodução e ascensão social, sobretudo pelo acesso a cargos administrativos e de prestígio no governo (Ibidem, 2017, p.405).

Outras iniciativas surgiram tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, sempre com objetivos pragmáticos, como o ensino de agricultura, química, economia e desenho técnico. Os cursos isolados foram implementados em Pernambuco, na cidade de Recife, e em Minas Gerais, nas localidades de Vila Rica e Paracatu, com disciplinas como matemática superior, retórica e filosofia, suprindo lacunas do ensino existente. Em 1816, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, voltada à formação técnica, mas que se transformaria na Academia das Artes em 1826, no período imperial (Mendonça, 2000).

Essas iniciativas tinham caráter laico e eram mantidas pela Coroa portuguesa, sendo posteriormente incorporadas pelos governos do Império do Brasil após a independência. A partir dessas bases, formaram-se as escolas profissionalizantes que estruturaram o ensino superior no país até a Proclamação da República, em 1889. Em 1827, após a independência, foram criados os primeiros cursos jurídicos, em São Paulo e Olinda, com sua localização definida por critérios nacionalistas que privilegiaram províncias associadas ao movimento pela independência (Ibidem, 2000).

Após diversas tentativas, vale ressaltar que somente em 1920, por meio do Decreto nº 14.343¹, criou-se a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). A universidade foi formada pela união de três escolas tradicionais de ensino profissional, que mantiveram sua autonomia didática e administrativa. Assim, a primeira universidade oficial do Brasil surgiu sem integração efetiva entre as unidades, que se mantiveram com suas características próprias (Fávero, 2006).

Considera-se que a Universidade do Rio de Janeiro foi um marco no que diz respeito à criação de uma instituição de ensino superior. Em continuação à formação das Universidades, marca-se outro ponto importante que é a década de 30, onde surgiram outras universidades. À exemplo, a Universidade de São Paulo (USP) que se fundou nas tradições alemã e a Universidade do Distrito Federal (UDF) que propunha um modelo nacionalista. Nesse sentido, “a disseminação das universidades públicas, no entanto, iniciou-se somente a partir do fim da era Vargas” (Souza et.al., 2013, p.224).

Ainda a respeito do Governo Vargas, vale ressaltar que O Estatuto das Universidades Brasileiras definia duas formas de ensino superior: universidades e institutos isolados. As universidades podiam ser oficiais, mantidas pelo governo, ou livres, financiadas por fundações

¹Veja o Decreto nº 14.343, de 7 setembro de 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html> Acesso em: 02.dez.2024

ou associações particulares. Universidades Federais tinham autonomia para conceder títulos válidos nacionalmente, enquanto estaduais e particulares precisavam de aprovação do Ministério da Educação e passavam por fiscalização. No mesmo período, o Decreto nº 19.850² criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), composto majoritariamente por representantes do ensino superior, incluindo membros de universidades federais, institutos federais e ensino particular equiparado (Wolter, 2016).

Após a queda de Vargas em 1945 e o fim do Estado Novo, iniciou-se um período de redemocratização no Brasil, marcado pela Constituição de 1946, que enfatizava direitos e garantias individuais. Nesse contexto, o Decreto-Lei nº 8.393³ concedeu autonomia às universidades no Brasil, mas sua implementação foi limitada, destacando as dificuldades para a autonomia universitária no país (Fávero, 2006).

Nos anos 1940 e 1950, as universidades começaram a se expandir, mas com foco predominantemente profissionalizante, enquanto a pesquisa científica, embora promovida inicialmente por instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), enfrentava desafios para se consolidar. A partir da década de 1950, a industrialização e o crescimento econômico impulsionaram debates sobre a modernização do ensino superior, culminando na criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1961, considerada um marco por sua organização inovadora (Ibidem, 2006).

Vale ressaltar que, entre 1945 e 1968, durante o processo de defesa do ensino público, a participação do movimento estudantil e dos professores foi fundamental. Eles lutaram contra a expansão descontrolada do setor privado e reivindicaram a absorção pública das escolas superiores que, até então, eram isoladas, no sentido de serem geograficamente distantes entre si e também institucionalmente fragmentadas, sem uma coordenação ou integração nacional efetiva. Essas escolas isoladas estavam localizadas em diferentes regiões do país e funcionavam de forma descentralizada, o que dificultava a consolidação de um sistema universitário coeso.

Nesse período, a reforma educacional, especialmente a reforma universitária, foi amplamente debatida, com críticas ao modelo universitário vigente, como a rigidez da instituição da cátedra, a compartmentalização do ensino em disciplinas estanques e a resistência dos defensores da iniciativa privada. A partir de 1964, com o início do regime

² Veja o Decreto nº 19.850 em detalhes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

³ Veja o Decreto nº 8.393 em detalhes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

militar, o movimento estudantil sofreu um enfraquecimento significativo, marcado pelo expurgo de lideranças políticas e acadêmicas, o que facilitou a expansão do setor privado no ensino superior (Martins, 2002).

Posteriormente, a reforma universitária de 1968, apesar do contexto de repressão, abriu novos caminhos e perspectivas. Graças à mobilização dos estudantes, foram criados departamentos como unidades mínimas de ensino, além da organização do currículo em ciclos. A cátedra foi abolida e, no campo das pesquisas, ocorreu uma maior democratização nas decisões (Idem, 2002).

Nos anos 1970, a política governamental focou no estímulo à capacitação na pós-graduação e ao aprimoramento da formação docente. Essa medida, no entanto, foi alvo de críticas, sendo considerada um obstáculo para a democratização do acesso à universidade. No centro dos debates, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961⁴, ao contrário da de 1931, que não defendia a organização do ensino superior como exclusiva das universidades, ponto considerado positivo pelos reformadores da época (Ibidem, 2002).

Entre 1985 e 1993, um dos principais marcos na formação das universidades no Brasil foi a intensificação da interiorização do ensino superior. Nesse período, o setor privado ampliou a oferta de cursos e diversificou o perfil dos alunos, que deixaram de ser predominantemente da elite. Nos anos 1990, observou-se que uma pequena parcela dos estudantes de ensino superior era proveniente de famílias de baixa renda, enquanto a maior parte vinha da classe média. Para ampliar o acesso, foram adotadas alternativas como a criação de bolsas de estudo e a redução da reprovação no ensino fundamental. No entanto, essas medidas se mostraram insuficientes para garantir a igualdade de oportunidades (Ibidem, 2002).

Após este breve panorama sobre a formação das universidades no Brasil, que permitiu compreender as raízes e motivações para a criação e consolidação do ensino superior em diferentes períodos históricos e sob diferentes governos, é possível perceber que a universidade e seu processo de construção sempre estiveram no centro dos debates políticos e sociais. Nesse contexto, torna-se fundamental entender quando se iniciou o processo de internacionalização. Isso porque o processo de formação das universidades e o início da internacionalização

⁴ Veja a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em detalhes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-p1.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

permitem compreender o perfil de atração dos estudantes nas universidades públicas, além das nacionalidades mais presentes no ambiente universitário brasileiro.

2.2. A Internacionalização do Ensino Superior no Brasil

Além de compreender o perfil desses estudantes internacionais, a análise da concepção de internacionalização e de como ela se reflete no Brasil nos direciona a uma avaliação mais ampla. Essa análise abrange os acordos firmados, as políticas de atração, acolhimento e integração desses estudantes, bem como a identificação de suas necessidades. Não se pode pensar no processo de internacionalização sem considerar o processo da globalização. Segundo Sassen (2010), a globalização pode ser compreendida como um conjunto de dinâmicas que envolve processos que não ocorrem exclusivamente no nível global, mas que, segundo a autora, fazem parte desse fenômeno. Esse processo, conforme Sassen (2010), envolve redes e entidades transfronteiriças que "conectam diversos processos e atores locais ou nacionais, ou a recorrência de questões ou dinâmicas específicas em um número crescente de países ou localidades" (Sassen, 2010, p.10).

De acordo com Sassen (2010) e Teixeira (2021), as formações globais existem há séculos, porém, a globalização ampliou o número de pessoas com acesso a essas formações, assim como a dinâmica global em que elas ocorrem. Nesse sentido, os autores destacam que as consequências desse processo global têm gerado tanto oportunidades quanto desafios para as instituições educacionais. No contexto do ensino superior no Brasil, o processo de internacionalização é compreendido como um mecanismo capaz de promover oportunidades. Contudo, na contemporaneidade, conforme as discussões acerca da internacionalização no campo educacional, esse processo é reconhecido como um "conceito complexo" (Carvalho, 2020, p.114).

Segundo Carvalho (2020), a internacionalização é um dos efeitos da globalização, um fenômeno que impacta diversos setores. No âmbito educacional, esse fenômeno faz com que o sistema acadêmico internacional seja pressionado a se adaptar aos novos cenários, e as universidades brasileiras, em particular, não estão isentas de sofrer os impactos globais.

Para compreender as oportunidades e os desafios da internacionalização, é fundamental, inicialmente, definir esse processo e compreender suas origens. Após a criação das universidades, especialmente no contexto brasileiro, surgiu um novo fenômeno de transformação: a internacionalização. Segundo Knight (2020), esse fenômeno tem sido um dos fatores cruciais na transformação da educação superior nas últimas décadas.

Desde a década de 1980, a globalização impulsionou um aumento significativo das iniciativas internacionais na educação superior. Nesse contexto, estratégias, programas e políticas de internacionalização surgiram, tornando o campo da educação superior cada vez mais relevante e complexo no século XXI (Knight, 2020). Contudo, o termo "internacionalização" é usado de formas variadas, o que pode gerar certa confusão quanto ao seu significado. Para alguns autores, ele abrange atividades como a mobilidade acadêmica, parcerias internacionais, criação de novos programas acadêmicos e iniciativas de pesquisa em âmbito global (Knight, 2020).

A internacionalização, segundo Knight (2020) embora não seja um termo novo, ganhou popularidade no setor educacional a partir da década de 1980. Inicialmente associada a bolsas de estudo e projetos internacionais, hoje a discussão envolve temas como *branding*, cidadania global e fábricas educacionais de vistos. A educação internacional ainda é um termo comum, mas os “conceitos de internacionalização, globalização, regionalização e planetização são debatidos ativamente, sendo essenciais para a educação superior” (Idem, 2020, p. 21-22).

A internacionalização é frequentemente interpretada de várias maneiras, o que gera confusão. Desse modo, conforme Knight (2020), deve-se propor uma definição clara para promover uma compreensão comum. Portanto, a internacionalização deve ser compreendida como um processo de mudança, não como uma ideologia, distinguindo-se de termos como internacionalismo e globalização, que possuem enfoques diferentes (Idem, 2020). Ao compreender a complexidade do termo internacionalização⁵, é possível observar que o ensino superior contemporâneo, no contexto internacional, está passando por profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, que ocorrem em ritmos variados. Essas transformações são, em grande parte, justificadas pela globalização, como mencionado anteriormente.

Um dos principais desafios atuais para as ciências sociais, segundo Martins (2021), é que, com a expansão das universidades em níveis local e global, surgiram sistemas educacionais com características próprias, influenciados pela cultura de cada sociedade. Inicialmente voltadas para uma elite, as universidades começaram a incluir gradualmente grupos sociais

⁵ A autora sugere que, embora a definição de internacionalização tenha várias percepções, ela deve ser vista de forma neutra, desprovida de viés cultural e nacional. Em sua visão, a internacionalização deve ser desvinculada de associações com conceitos como ocidentalização, americanização ou europeização. Essa abordagem reforça os princípios da universalização e imparcialidade, permitindo acomodar as diversas realidades e estratégias no uso do conceito (Knight, 2020).

anteriormente marginalizados. A partir da década de 1960, o Ensino Superior passou por transformações significativas, com o aumento no número de instituições e matrículas, iniciando um processo de ampliação que se acelerou nas décadas seguintes (Martins, 2021).

Com a expansão do Ensino Superior, foi criado um espaço transnacional, impulsionado pela globalização e movido por atores governamentais, organizações supranacionais, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Banco Mundial e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e, ainda, por dirigentes universitários que atuam como atores institucionais. A combinação desses agentes evidencia uma agenda global que “promove a internacionalização e a busca por posições em *rankings* e por estudantes estrangeiros” (Martins, 2021, p.04). Em resumo, destacam-se três fenômenos principais que contribuíram para a formação desse espaço transnacional: 1) a desterritorialização do Ensino Superior; 2) o aumento da mobilidade internacional dos estudantes; e 3) o surgimento dos *rankings* globais (Idem, 2021).

Para que a internacionalização ocorra de maneira eficaz, é necessário que envolva trocas educacionais internacionais e relações acadêmicas além das fronteiras nacionais. A transnacionalização, nesse contexto, impulsionou a formulação de políticas educacionais que abrangem não apenas o Mercosul, mas também a União Europeia (Carvalho, 2020). Segundo Carvalho (2020), o fenômeno da globalização foi fundamental para o surgimento de programas acadêmicos distintos. Entre as iniciativas mais relevantes, destaca-se a mobilidade estudantil, foco central deste estudo, além de parcerias e cooperação internacional, que ajudam a fortalecer o ambiente de internacionalização (Idem, 2020).

Um dos fatores-chave para medir o desenvolvimento nesse processo são os *rankings* acadêmicos. Conforme Carvalho (2020), esses *rankings* influenciam diretamente as políticas universitárias e governamentais, conferindo credibilidade e recursos financeiros às instituições e aumentando a demanda por matrículas, atraindo estudantes tanto nacionais quanto internacionais. Além disso, os *rankings* desempenham um papel importante ao promover a prestação de contas e ao orientar as decisões de gestão nas instituições, com o objetivo de atingir novas métricas (Idem, 2020).

No campo acadêmico, como ressalta Teixeira (2021), a internacionalização contribui para o desenvolvimento de estudantes, tanto nacionais quanto internacionais, capacitando-os a lidar com questões globais, mas também considerar questões culturais e sociais distintas. O perfil institucional e a reputação das universidades são fatores cruciais para a busca pela

internacionalização, pois impactam diretamente na atração de estudantes estrangeiros e na obtenção de financiamento (Idem, 2021).

Porém, o movimento transfronteiriço de pessoas tem crescido consideravelmente, impulsionado por fatores como desastres ambientais, crises econômicas e migrações. Nesse cenário de mudanças, destaca-se o aumento significativo da mobilidade acadêmica (Knight, 2020). Entre os desafios que surgem com esse processo estão questões de gestão, acordos internacionais e os obstáculos enfrentados pelos estudantes internacionais, especialmente aqueles que chegam ao Brasil, em relação à sua integração e acolhimento nas instituições de ensino.

Conforme apontado por Cunha (2017), estudantes internacionais, especialmente os africanos que vêm ao Brasil, valorizam o diploma brasileiro pelo seu reconhecimento em seus países de origem e frequentemente buscam bolsas de estudo para viabilizar seus estudos. Entretanto, esses estudantes enfrentam desafios acadêmicos, como a adaptação ao idioma e às diferenças curriculares, já que os conteúdos abordados em seus países de origem nem sempre coincidem com os exigidos no Brasil, o que dificulta a convergência dos conhecimentos prévios necessários.

Em sua pesquisa, Cunha (2017) destaca os principais desafios enfrentados pelos estudantes durante o processo de internacionalização e mobilidade estudantil no ensino superior: a) as diferenças nas metodologias de ensino, além da relação horizontal entre professores e alunos; b) saudade da família; c) dificuldades financeiras; d) questões culturais; e) racismo. Apesar dos avanços, o processo de internacionalização ainda apresenta desafios e contradições. Embora seja considerado um caminho sem volta, com impactos significativos na qualidade acadêmica, é preciso atenção para evitar o reforço de desigualdades globais (Idem, 2017).

Em síntese, ao longo das duas primeiras seções deste capítulo, busquei enfatizar que a formação das universidades no Brasil foi um processo sócio-histórico longo e complexo. Com raízes no período colonial, a educação no país inicialmente se direcionou à elite, condição que se manteve por séculos até a criação da primeira universidade. Durante esse período, diversas tentativas de estabelecer instituições universitárias no Brasil fracassaram, prolongando esse processo por mais de um século.

A expansão das universidades públicas no Brasil teve início efetivo após o fim da era Vargas, e a década de 1960 se destacou pela fundação da Universidade de Brasília (UnB), que

trouxe inovações estruturais importantes. Contudo, ao longo de sua trajetória, as universidades brasileiras enfrentaram desafios relacionados à autonomia, à resistência ao modelo público de ensino superior e a debates sobre a qualidade do ensino e a democratização do acesso, com ênfase na ampliação dessa última.

No que se refere à internacionalização, destacou-se que, embora amplamente reconhecida e mensurada por indicadores como a colaboração internacional em pesquisa e a mobilidade de docentes e estudantes, ainda existem limitações importantes na forma como esse processo é avaliado, especialmente nos *rankings* acadêmicos. Esses índices, embora utilizados, não contemplam todas as dimensões da internacionalização, como as políticas linguísticas e a internacionalização curricular, refletindo uma visão restrita do fenômeno. Além disso, ressaltam-se as dificuldades de gestão e a ausência de consenso sobre os modelos de internacionalização.

2.3. Mobilidade acadêmica para estudantes internacionais: conceitos, diferenças e políticas educacionais

A mobilidade acadêmica internacional (MAI) consolidou-se como um tema central no meio acadêmico, sendo amplamente discutida por docentes, pesquisadores, instituições de ensino superior (IES) envolvidas em processos de internacionalização e formuladores de políticas educacionais. Os objetivos atribuídos à MAI são variados, podendo ir desde a promoção da solidariedade global até a implementação de estratégias voltadas para o fortalecimento institucional e a ampliação da competitividade das IES no cenário internacional (Bueno et al., 2024).

Em contraponto, o conceito de mobilidade humana, em suas múltiplas expressões, está diretamente associado à ideia de deslocamento, fluxo e movimento, ou seja, ao corpo em trânsito e às dinâmicas que atravessam territórios e fronteiras (Pacífico et al., 2020). Ao trazer o conceito mais amplo de mobilidade para o centro da discussão, Caroline Knowles (2017) propõe que ela seja entendida como uma lente analítica indispensável para a compreensão do mundo social contemporâneo. Isso porque, ao colocar em evidência o movimento, a conectividade e a emergência de novas dinâmicas sociais, a mobilidade supera a noção de simples deslocamento físico e se configura como um princípio organizador das formas sociais globais, desafiando modelos teóricos baseados em estruturas fixas, como o Estado-nação.

As compressões de tempo e espaço, possibilitadas pelo avanço das tecnologias de transporte e comunicação, favorecem a constituição de redes transnacionais que reorganizam os fluxos sociais e conectam pessoas, objetos e lugares em escala planetária (Cavalcanti; Botega; Tonhati; Araújo, 2017). Assim, pensar a mobilidade, segundo a autora, permite captar as trajetórias, conexões e interações que estruturam as experiências sociais no mundo globalizado.

Nessa perspectiva, Georg Simmel (1983), em sua análise clássica sobre o conceito de estrangeiro, contribui para o debate ao propor que o estrangeiro não seja visto apenas como um viajante temporário, mas como alguém que se fixa em um grupo sem, contudo, pertencer integralmente a ele. Essa figura social é marcada pela introdução de qualidades externas ao

grupo de origem, o que a distingue dos membros nativos. Ao mesmo tempo, o estrangeiro ocupa uma posição ambígua, pois permanece próximo e, simultaneamente, distante. Ele representa, portanto, uma figura social que, mesmo estabelecida⁶, conserva certa liberdade de movimento e autonomia de pensamento, o que lhe permite observar o grupo de maneira menos condicionada (Oliveira, 2014). Essa combinação de pertencimento e distanciamento, ainda segundo Simmel (1983), cria uma interação social única e recíproca. O estrangeiro é, portanto, não apenas uma figura espacial, mas também um símbolo das relações humanas que ultrapassam os limites territoriais, evidenciando a complexidade das dinâmicas sociais que envolvem proximidade, diferença e tensão.

Por outro lado, o conceito de imigrante, embora relacionado, possui características distintas. Conforme Abdelmalek Sayad (1998), a experiência imigratória é marcada por contradições e incertezas. A imigração, ao ser frequentemente percebida como um fenômeno provisório, coloca o sujeito em uma condição ambígua: ele vive a tensão entre a ideia de permanência⁷ e a expectativa de retorno, mesmo quando os sinais apontam para a consolidação de sua estadia no novo território. Esse impasse é agravado pela necessidade, muitas vezes imposta, de acreditar que sua condição é passageira, ainda que a realidade concreta sinalize o contrário.

Nesse contexto, é possível identificar diferentes perfis de mobilidade internacional. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009), o estrangeiro é aquele que não possui a nacionalidade de determinado Estado. Já o imigrante é aquele que, legalmente admitido, tem permissão para se estabelecer no país de acolhimento. Além disso, há o refugiado⁸, definido como aquele que se encontra fora de seu país de origem devido ao temor de perseguição, não desejando ou não podendo recorrer à proteção estatal, ou ainda, aquele que

⁶ Dois conceitos teóricos clássicos fundamentais para o debate são os de "estabelecidos" e "*outsiders*". Segundo Elias (2000), esses conceitos discutem a dinâmica entre grupos que compartilham características semelhantes, mas que, ainda assim, estabelecem distinções culturais e comportamentais. Os imigrantes, por exemplo, embora possuam o mesmo status de classe, são percebidos de maneira diferente devido à sua origem, o que os coloca na posição de *outsiders* (excluídos ou marginalizados).

⁷ O contexto em que o imigrante está inserido é fundamental para o desenvolvimento do *habitus* relacionado a esse ambiente. Para Bourdieu (1983), o *habitus* é o sistema de disposições internalizadas que orientam as práticas e representações dos indivíduos, sendo moldado pelas condições materiais e sociais em que vivem.

⁸ O conceito de refugiado foi mencionado como um dos perfis de imigrante, assim como o de apátrida. Contudo, devido ao recorte adotado, o escopo legal, jurídico e as políticas públicas educacionais – voltadas ao acolhimento e à integração – relacionadas a essas categorias não serão abordadas em profundidade, pois estão fora do escopo deste estudo.

não possui nacionalidade (Cavalcanti; Botega; Tonhati; Araújo, 2017). Por fim, o apátrida é a pessoa que, segundo a legislação vigente, não é considerada nacional de nenhum Estado (Idem, 2017).

No campo das migrações contemporâneas, destacam-se também os programas e acordos internacionais implementados no Brasil, que são fundamentais para compreender as formas de acesso de estudantes internacionais, imigrantes, refugiados e apátridas às universidades brasileiras, com ênfase especial para o caso da Universidade de Brasília (UnB), cujas políticas e práticas nesse campo merecem análise aprofundada.

Dessa forma, ao articular os conceitos de mobilidade acadêmica internacional, mobilidade humana e as diferentes categorias migratórias, evidencia-se a importância de reconhecer as especificidades das trajetórias e experiências desses sujeitos em trânsito. Mais do que categorias administrativas ou jurídicas, essas classificações refletem posições sociais e políticas que moldam as formas de inserção e pertencimento nos espaços acadêmicos. No caso brasileiro, e particularmente na Universidade de Brasília (UnB), compreender essas distinções é fundamental para a formulação de políticas de inclusão e internacionalização que sejam, de fato, sensíveis às múltiplas dimensões da mobilidade e às tensões entre pertencimento, diferença e circulação no espaço universitário.

2.4. Internacionalização e Políticas de Acesso

Para contextualizar, de acordo com Forim (2022), o Programa *European Region Action Scheme for the Mobility of University Students* (ERASMUS), financiado pela União Europeia, foi criado em 1980. Este programa se destacou como um dos mais proeminentes de sua época por promover a cooperação e a mobilidade de estudantes e professores no âmbito do ensino superior. Conforme afirma Forim et al. (2022), “as atividades do programa têm como objetivo promover a excelência da educação superior e da pesquisa nos países europeus, ao mesmo tempo em que reforçam os laços acadêmicos com países de todo o mundo” (Forim et al., 2022, p. 285).

Além do ERASMUS, é importante mencionar o Processo de Bolonha, assinado em 1999, que teve como principal objetivo ampliar a mobilidade acadêmica na Europa. Juntos, o ERASMUS e o Processo de Bolonha consolidaram-se como o modelo mais bem-sucedido de cooperação e mobilidade inter-regional na Europa (Forim et al., 2022, p. 285).

No Brasil, a internacionalização adquiriu maior relevância na década de 1970, impulsionada por instituições internacionais. Nesse período, entidades como a Fundação Rockefeller, o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), a Comissão *Fulbright* e a *Education* (USA) passaram a oferecer bolsas de estudo para que estudantes brasileiros pudessem cursar o ensino superior no exterior (Forim et al., 2022, p. 285).

Por outro lado, o Brasil também se tornou um importante destino para estudantes internacionais, recebendo-os por meio de acordos e convênios, além de acolher estudantes imigrantes e refugiados. Nesse contexto, a discussão sobre o acesso ao ensino superior para refugiados e imigrantes integra os debates sobre a democratização do ensino, reforçando a educação superior como um direito e uma ferramenta para garantir igualdade de oportunidades (Bertoldo, 2020).

No tocante à integração dos imigrantes e refugiados(as), as políticas de integração têm como base as soluções duradouras, resultado do diálogo entre países da América Latina e Caribe no âmbito do Processo de Cartagena, realizado em 1984. Esse processo buscou estabelecer uma proteção integral para refugiados e migrantes. Entre as soluções duradouras tradicionais,

destaca-se a integração local, que exige dos Estados a implementação de políticas públicas que garantam o acesso efetivo a direitos econômicos, sociais e culturais, além da elaboração de planos nacionais de integração (Bertoldo, 2020).

Conforme Bertoldo (2020), as migrações forçadas, motivadas por risco à vida que inviabilizam o retorno do indivíduo, tornam a integração local essencial para a proteção. Sendo assim, a integração local é considerada por organismos internacionais, especialmente o ACNUR, como uma solução duradoura para refugiados que não podem ser repatriados, oferecendo a chance de reconstruir suas vidas. No Brasil, o Estatuto dos Refugiados⁹ (Lei nº 9.474/1997) incorpora as três soluções duradouras: repatriação voluntária, integração local e reassentamento. Nesse sentido, a lei prevê medidas como o reconhecimento de diplomas, facilitação da residência e acesso ao ensino, considerando as adversidades enfrentadas pelos refugiados (Idem, 2020).

No entanto, segundo Bertoldo (2020) para que haja a implementação dessas medidas, especialmente o acesso ao ensino superior, depende muito mais da autonomia das universidades, que podem ofertar vagas exclusivas para esse público que, por vezes, se encontram em vulnerabilidade social. Contudo, ainda não existe método ou regras que garantam esse procedimento unificado, ou políticas públicas¹⁰ que promovam uma inserção efetiva (Idem, 2020).

Uma das iniciativas para debater políticas de inserção foi a 1ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (COMIGRAR) (2014), que destacou a importância de ampliar o acesso de imigrantes e refugiados ao ensino superior por meio de programas como Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), além de cotas específicas e um sistema unificado de seleção (Bertoldo, 2020). Segundo Giroto (2020), a principal forma de ingresso desses estudantes ainda é por meio de vestibulares ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em instituições cadastradas.

A 1ª COMIGRAR também enfatizou a importância de sensibilizar a comunidade acadêmica e capacitar agentes públicos, propondo a inclusão da temática migratória nos

⁹ Ver detalhes da Lei nº 9.474/1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm
Acesso em: 04. dez. 2024

¹⁰ Segundo Carvalho (2020), políticas públicas são ações e decisões políticas que visam alterar uma realidade em resposta a demandas sociais, sendo elaboradas por atores envolvidos na gestão de problemas públicos por meio do processo político.

Parâmetros Curriculares Nacionais e a criação de cátedras, como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Atualmente, essa iniciativa, em parceria com 22 instituições, desempenha um papel relevante na promoção de ações e projetos voltados à proteção e inclusão de refugiados e migrantes no ensino superior (Bertoldo, 2020). Vale ressaltar, contudo, que no que diz respeito à representatividade e poder decisório, como se verificará ao longo deste trabalho, as Cátedras não possuem autonomia administrativa ou normativa para criar vagas ou estabelecer critérios de ingresso para estudantes refugiados e imigrantes. Suas atribuições concentram-se em ações de sensibilização, atividades de extensão e articulação institucional, ficando a definição de políticas efetivas de acesso sob responsabilidade dos órgãos deliberativos das universidades.

Ao logo dos anos, diversas universidades adotaram suas diferentes políticas de inserção desses estudantes. Contudo, no que se refere ao escopo desse trabalho, na Universidade de Brasília (UnB), o ingresso de refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é regulamentado pela Resolução nº 67/2007¹¹, que permite o preenchimento de vagas ociosas em cursos de graduação.

Após apresentar um panorama sobre as possibilidades de ingresso para estudantes imigrantes e refugiados, é pertinente discutir os programas voltados para estudantes internacionais no Brasil. Desde a década de 1960, o país mantém iniciativas como o Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), voltadas para estudantes de países da América Latina, África e, mais recentemente, Caribe e Ásia. Esses programas, promovidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em parceria com Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), buscam fortalecer os laços acadêmicos no Sul global (Neves, 2020).

Conforme Neves (2020) apesar das iniciativas adotadas ao logo dos anos, o programa carece de políticas institucionais que garantam a atração, integração e acompanhamento desses estudantes, incluindo a formação de redes de ex-bolsistas. “Apesar dessas iniciativas, não houve políticas institucionais eficazes para atrair ou acomodar estudantes internacionais ou para criar redes de ex-bolsistas. As instituições de ensino superior (IES) apenas reagiram à demanda existente.” (Idem, 2020).

¹¹ Resolução CEPE n. 64/2007. Disponível em: <https://int.unb.br/br/estude-na-unb/refugiados#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPE%20n.%2064/2007> Acesso em: 03. Dez.2024

Entre outras iniciativas, houve a criação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, teve como objetivo promover a mobilidade internacional de estudantes, doutorandos, pós-doutores e pesquisadores, além de atrair talentos internacionais para o Brasil. O programa foi encerrado em 2017, após beneficiar milhares de participantes em áreas prioritárias, bem como tecnologia e biomedicina (Neves, 2020).

Além das iniciativas promovidas pelo governo federal, a Universidade de Brasília (UnB) oferece atualmente diversas formas de ingresso para estudantes internacionais, além dos vestibulares tradicionais. Essas modalidades¹² incluem: Mobilidade Acadêmica (Convênio Interinstitucional e Aluno Visitante), Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-G), Matrículas Cortesias, programas específicos para Refugiados e Dupla Diplomação.

Na pós-graduação, os estudantes internacionais podem ingressar por meio de Mobilidade Acadêmica (Convênio Interinstitucional e Aluno Visitante), Cotutela e Dupla Diplomação.

Em síntese, embora o Brasil tenha acumulado ao longo das décadas iniciativas relevantes de internacionalização e mobilidade acadêmica, o acesso de refugiados e migrantes ao ensino superior ainda enfrenta limitações estruturais. A ausência de políticas públicas unificadas e a restrita autonomia das Cátedras Sérgio Vieira de Mello (CSVm) para definir vagas e critérios de ingresso tornam a integração acadêmica desse público dependente da vontade política e das deliberações internas de cada universidade. Nesse cenário, iniciativas locais e resoluções específicas, como a adotada pela Universidade de Brasília (UnB), tornam-se estratégias para garantir o direito à educação superior. Nesse sentido, no próximo capítulo, serão detalhados cada um desses modelos de ingresso, destacando suas características e processos dentro da Universidade de Brasília (UnB).

¹² Informações consultadas na Secretaria de Assuntos Internacionais (INT/UnB).

3. Capítulo: Programas de Mobilidade Acadêmica dentro da Universidade de Brasília

Criada logo após a inauguração da capital do Brasil, Brasília, a Universidade de Brasília (UnB) foi fundada em 21 de abril de 1962. O processo de sua fundação enfrentou grandes desafios, em um período marcado por intensas mudanças no cenário político, social e econômico. Na época, o contexto exigia de seus idealizadores a crença em um novo modelo de educação para uma jovem democracia. Ao longo dessa jornada de construção, diversas pessoas, tanto do Brasil quanto do exterior, estiveram presentes.

Idealizada com um senso de mudança e transformação, a Universidade de Brasília (UnB) se destacou por sua "inovação, multiculturalismo e diversidade" (Marques; Conceição, 2020, p.59). No âmbito da internacionalização, em 1961, foi criada a Fundação Universidade de Brasília, com o objetivo de manter e expandir a instituição. Uma das suas principais iniciativas foi atrair e convidar renomados pesquisadores para integrar o corpo acadêmico da universidade (Idem, 2020).

Dentro desse cenário de internacionalização, conforme Marques e Conceição (2020), a universidade se fortaleceu por meio da formação acadêmica internacional de seu corpo docente, pesquisadores e discentes, além do aumento da mobilidade acadêmica e da assinatura de acordos bilaterais para fomentar pesquisas e intercâmbios, atraindo estudantes estrangeiros e enviando estudantes brasileiro para o estrangeiro. Ao longo dos anos, a instituição tem se integrado à lógica internacional por meio de parcerias estratégicas, redes universitárias e organização de fóruns internacionais, que promovem discussões voltadas a diversos temas.

Em 1987, foi criado o Centro de Apoio ao Intercâmbio e Programas Internacionais, que sistematizou as ações de internacionalização. Em 1997, o centro foi transformado na atual Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), com foco na formalização de convênios acadêmicos, técnicos e culturais. O setor também coordena a mobilidade acadêmica de professores, estudantes e técnicos, promovendo a troca de conhecimentos nos diferentes continentes, como América, Europa, Ásia, África e Oceania (Idem, 2020).

Neste contexto, este capítulo visa discutir os programas de mobilidade acadêmica dentro da Universidade de Brasília (UnB) até primeiro semestre de 2024. A discussão começa com o

programa de Mobilidade Acadêmica, considerando graduação e pós-graduação. Nesta seção do capítulo, será abordado, por meio da Resolução nº 0015/2023, o funcionamento institucional do programa. Além disso, será discutido o perfil dos estudantes e as condições para sua participação.

Em seguida, será discutido o Programa de estudantes-Convênio (PEC-G). Nessa seção, especificamente, será interessante abordar o surgimento do programa – já que posteriormente será discutida as percepções dos estudantes entrevistados sobre suas experiências na universidade. Será também feito um destaque ao Decreto Presidencial nº 7.948/2013 (revogado pelo Decreto nº 11.923, de 2024) que introduziu novas normativas para o programa, incluindo novos auxílios e a possibilidade de inserção dos estudantes em outras atividades acadêmicas e remuneradas.

Além disso, será apresentado o papel dos órgãos que coordenam o programa, como o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Educação (MEC). É fundamental destacar os pontos positivos, como o desenvolvimento desses estudantes e os benefícios para a instituição com sua presença. Contudo, também se alerta, ainda que brevemente, para os desafios enfrentados, como apontado na literatura, especialmente em relação à Assistência Estudantil. A literatura menciona que esses estudantes chegam ao Brasil, muitas vezes, sem condições adequadas, dependendo apenas dos programas de apoio, o que será abordado nos capítulos seguintes.

Na sequência, será discutida a modalidade de Matrícula Cortesia, prevista no Decreto nº 89.758, de 6 de junho de 1984, que permite o ingresso de estudantes de países que mantêm regime de reciprocidade com o Brasil. Nessa modalidade, o estudante internacional não precisa realizar vestibular ou outro processo seletivo, pois se destina a uma categoria específica, como funcionários internacionais de missões diplomáticas e seus dependentes legais, além de técnicos internacionais vinculados a acordos de cooperação técnica ou cultural. Essa modalidade é garantida por privilégios e imunidades decorrentes de acordos internacionais, sempre com base na reciprocidade entre os países envolvidos.

Adiante, será feito um breve apontamento sobre o contexto das migrações e sua relevância na atualidade. Dentro desse contexto, destaca-se o programa para Refugiados na Universidade de Brasília (UnB). Embora já tenha sido abordado nos capítulos anteriores, é fundamental compreender a complexidade desse termo e seu uso prático. Esta seção destina-se a esclarecer as diferenças entre imigrantes, refugiados e apátridas, e quais garantias os

refugiados possuem no âmbito da educação superior, especialmente dentro da Universidade de Brasília (UnB). É importante destacar que no Brasil as políticas públicas de imigração e refúgio estão relacionadas a categorias jurídicas que impactam o acesso a direitos, como a educação. A Lei 9.474/97 assegura que refugiados tenham acesso à educação superior, com facilidades como o reconhecimento de diplomas. Nesse sentido, a Universidade de Brasília (UnB) implementou a Resolução nº 67/2007, permitindo a admissão de refugiados em cursos de graduação, com base na declaração do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

Por fim, serão apresentados os últimos dois programas de mobilidade para atrair estudantes internacionais à Universidade de Brasília (UnB). O primeiro é o programa de Dupla Diplomação, que permite aos estudantes de graduação e pós-graduação realizar parte de seus cursos no exterior, recebendo diplomas de ambas as instituições. Para a graduação, existem parcerias em áreas específicas dentro dos diversos eixos de conhecimento. Além disso, estudantes podem optar pela cotutela, na qual recebem diplomas de duas universidades por meio de coorientação de dissertações e teses, sendo esse mais voltado para a pós-graduação. A cotutela é uma estratégia de internacionalização que permite aos estudantes de Mestrado e Doutorado obter diplomas em dois países, ampliando suas oportunidades acadêmicas e profissionais. Regida pela Resolução nº 0250/2014, a cotutela envolve acordos com universidades estrangeiras, permitindo a coorientação de dissertações ou teses por docentes de ambas as instituições.

3.1. Mobilidade Acadêmica (Graduação e Pós-Graduação)

O programa de mobilidade acadêmica¹³ estudantil internacional da Universidade de Brasília (UnB) é regido pela Resolução nº 0015/2023¹⁴, que estabelece normas específicas para a mobilidade acadêmica internacional sem a finalidade de obtenção de diploma. Essa resolução estrutura um conjunto de diretrizes que garantem tanto a organização quanto o funcionamento do programa, promovendo a integração acadêmica de estudantes em âmbito global.

De acordo com a resolução, o programa permite que estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior no Brasil desenvolvam atividades acadêmicas em instituições estrangeiras, escolhidas conforme suas áreas de interesse e formação. A instituição de origem do estudante é a principal responsável pela emissão de documentos acadêmicos, como históricos e diplomas, caso o aluno conclua sua formação. Por outro lado, a instituição de destino, que recebe os estudantes, oferece o ambiente e os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, mas não se responsabiliza pela emissão de diplomas ou certificações formais.

No caso da Universidade de Brasília (UnB), os estudantes internacionais que ingressam por meio do programa têm o direito de desenvolver plenamente suas atividades acadêmicas nas instalações da universidade. Aqui, destaca-se a figura do estudante visitante internacional, que é vinculado a uma instituição estrangeira sem acordo formal de cooperação com a instituição. Esses estudantes podem participar de atividades de graduação ou pós-graduação, sempre sob a supervisão de um docente da universidade, garantindo assim a qualidade e a relevância de suas experiências acadêmicas.

Além disso, a resolução prevê a possibilidade de participação no programa por meio de convênios estabelecidos entre a Universidade de Brasília e instituições estrangeiras. Nesse

¹³ Nesta seção, as informações foram consultadas na Resolução nº 0015/2023, disponível no site oficial da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT). Disponível em: <https://int.unb.br/br/estude-na-unb/mobilidade-academica>. Acesso em: 03 dez. 2024.

¹⁴ Para mais detalhes, consulte a Resolução nº 0015/2023 Disponível em: <https://int.unb.br/component/phocadownload/category/69-normas-da-mobilidade-academica-intercambio-e-aluno-visitaante?download=1123:resolucao-cepe-15-2023-estabelece-as-normas-para-mobilidade-estudantil-na-unb-vigente>. Acesso em: 03 dez. 2024.

contexto, os estudantes internacionais admitidos têm assegurados os mesmos direitos dos estudantes regularmente matriculados durante o período de mobilidade. Isso inclui acesso às instalações, aos recursos acadêmicos e aos serviços de apoio da universidade.

Em relação à duração do programa, a resolução define que o período máximo para a mobilidade acadêmica de curto prazo é de dois semestres. No entanto, essa duração pode ser estendida em casos específicos, conforme estipulado nos convênios firmados entre a Universidade e as instituições parceiras.

3.2. Acordo Cultural PEC-G

Entre as modalidades de ingresso, uma das que mais chama atenção e demonstra maior presença na Universidade de Brasília (UnB) é o acordo cultural Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G). Em meio à economia globalizada, participar desse movimento exige das universidades, tanto nacionais quanto internacionais, o preparo especializado de estudantes para atuarem como profissionais aptos a atender às demandas do mercado de trabalho local e internacional. Esse processo requer um currículo mais internacionalizado, baseado em “boas práticas de mobilidade acadêmica, além de um direcionamento institucional coerente e adequado às especificidades de cada instituição e ao perfil dos estudantes” (Marques; Conceição, 2020, p. 57).

Nesse contexto, após a criação de Brasília o perfil internacional da UnB se fortaleceu, com foco na formação acadêmica de docentes e discentes em nível global. Esse movimento resultou em uma crescente mobilidade acadêmica e no aumento do número de acordos bilaterais para pesquisas e intercâmbios (Idem, 2020).

No que diz respeito aos acordos firmados na área de educação superior, o Brasil tem buscado se consolidar com programas internacionais, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), uma das políticas de mobilidade acadêmica mais antigas do país. Desde a sua criação, em 1965, o programa recebe estudantes de diferentes países, principalmente da África e da América Latina. O Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G) foi regulamentado em 2013, por meio do Decreto Presidencial nº 7.948/2013¹⁵(Assis et al., 2021).

O programa é administrado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). De acordo com o Plano de Internacionalização (2018-2022) da

¹⁵ O [Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013](#), foi revogado pelo [Decreto nº 11.923, de 2024](#). Entre as principais mudanças, destaca-se a revogação do Art. 13 do Capítulo V, que impedia estudantes de exercerem atividades remuneradas com vínculo empregatício. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) pode agora oferecer auxílios e apoio a estudantes-convênio e recém-formados no PEC, incluindo o custeio do retorno ao país de origem, por motivos como estímulo à política externa, reconhecimento ao mérito acadêmico ou prevenção da permanência de estrangeiros potencialmente indocumentados no Brasil.

Universidade de Brasília (UnB), o Programa de Estudante-Convênio (PEC-G) tem permitido que um número significativo de estudantes de países em desenvolvimento – com os quais o Brasil mantém acordos educacionais, científicos e tecnológicos – curse diferentes graduações na universidade. Entre os perfis que mais são atraídos pelos programas se “destaca alunos oriundos do continente africano, em especial Benim, Congo, Angola e Guiné, em 2017” (UnB, 2018, p. 09).

Desde a criação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Educação (MEC), o programa tem demonstrado vantagens significativas no que diz respeito à contribuição para o desenvolvimento de países parceiros. Isso ocorre por meio da formação de profissionais qualificados em universidades brasileiras. “Além disso, promove intercâmbio cultural, social e acadêmico, enriquecendo a comunidade acadêmica brasileira. Os estudantes internacionais retornam aos seus países de origem capacitados para impulsionar mudanças estruturais” (Almeida, 2019, p.23).

Para o Brasil, os benefícios incluem o incentivo à internacionalização e o desenvolvimento social, cultural e econômico das instituições de ensino. Além disso, o Programa de Estudante-Convênio (PEC-G) fortalece as relações internacionais, sendo frequentemente utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) como indicador de cooperação com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém relações (Idem, 2019).

Entre os benefícios oferecidos pelo Programa de Estudante-Convênio (PEC-G), conforme o Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB), destacam-se as políticas de assistência estudantil. Os alunos têm acesso à moradia na Casa do Estudante Universitário (CEU) por um período de até quatro anos. Desde 2017, iniciativas específicas vêm sendo implementadas para promover a inclusão dos estudantes do Programa de Estudante-Convênio (PEC-G).

Exemplos incluem a disciplina *Civilização de Expressão Francesa*, que contou com a participação de alunos da África Subsaariana, e o projeto de teatro *En Classe, en Scène*, no qual um estudante do Benim auxiliou os atores brasileiros na pronúncia do francês (UnB, 2018).

Além disso, para facilitar a adaptação linguística e cultural, o Plano de Internacionalização prevê o Pré-PEC-G, destinado aos candidatos do Programa de Estudantes-

Convênio de Graduação. Anualmente, é oferecido o Curso Preparatório de Português¹⁶, que visa preparar os estudantes para uma melhor integração acadêmica e social (Idem, 2018).

No entanto, os estudantes do Programa Estudante-Convênio (PEC-G) na Universidade de Brasília (UnB) enfrentam diversos desafios ao chegarem ao Brasil, como a adaptação cultural e social. Embora possam enriquecer a interculturalidade, sua contribuição frequentemente não é reconhecida pela população brasileira (Assis et al., 2021, p.164). Além disso, enfrentam dificuldades relacionadas ao Programa de Assistência Estudantil, tema que será abordado e analisado com maior densidade no próximo capítulo.

¹⁶ A UnB possui uma política de ensino de línguas, com destaque para o Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE). Vinculado ao Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) do Instituto de Letras (IL), o NEPPE foi criado no início dos anos 1990 e se dedica ao ensino e à pesquisa em português para falantes de outros idiomas (UnB, 2018).

3.3. Matrícula Cortesia

A modalidade de Matrícula Cortesia¹⁷ tem como base o Decreto n. 89.758, de 6 de junho de 1984¹⁸. Trata-se de uma forma de ingresso oferecida pela Universidade de Brasília (UnB) a estudantes provenientes de países que mantenham com o Brasil um regime de reciprocidade, independentemente da disponibilidade de vagas, e com dispensa do vestibular ou de outros processos seletivos.

Essa modalidade destina-se, conforme Marques e Conceição (2020, p.63), a "funcionários internacionais de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais". Além disso, também contempla funcionários ou técnicos internacionais de organismos internacionais que possuam privilégios e imunidades em virtude de acordos firmados com o Brasil, bem como técnicos internacionais que prestem serviços no país no âmbito de acordos de cooperação técnica ou cultural, sempre incluindo seus dependentes legais (Idem, 2020).

Vale ressaltar que os agentes diplomáticos credenciados no Brasil seguem as leis de seus países de origem e dispõem de prerrogativas especiais, que lhes permitem desempenhar suas funções sem interferência do Estado brasileiro. Da mesma forma, os funcionários diplomáticos brasileiros têm acesso a condições semelhantes ao exercerem atividades em embaixadas ou consulados no exterior, desde que haja reciprocidade entre os países envolvidos (Assunção, 2021).

¹⁷ As informações desta seção foram consultadas no site da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT), disponível em: <https://int.unb.br/br/estude-na-unb/matricula-cortesia-diplomatica>. Acesso em: 04 dez. 2024.

¹⁸ Veja em detalhes o Decreto nº 89.758, de 6 de junho de 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89758-6-junho-1984-439685-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 04.dez.2024.

3.4. Refugiados

Compreende-se que, historicamente, as migrações foram aceleradas por diversos fatores, sejam econômicos, políticos, sociais ou culturais. Quanto ao conceito de refugiado, abordado anteriormente, a Convenção de 1951 define como refugiado uma pessoa que, devido a eventos adversos ocorridos antes de 1951 e por temor de perseguição por motivos diversos, como raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opinião política, se encontra fora de seu país de origem (ACNUR, 1954). Ressalta-se que a condição de refugiado está ligada ao sentimento de temor, em que a pessoa não deseja ou não pode buscar proteção em seu país.

Não por acaso, devido aos debates no âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) diferencia os termos, imigrante, refugiado e apátrida, por razões políticas, destacando que os refugiados possuem direitos legais específicos, e agrupá-los como migrantes poderia enfraquecer esses direitos (Peres, 2022). Sabe-se que o surgimento de refugiados, historicamente, está ligado à consolidação do Estado-Nação moderno, que ocorreu com a Paz de Vestfália em 1648, quando foram estabelecidas fronteiras e a soberania estatal. Entende-se que o refúgio, enquanto fenômeno, depende do deslocamento forçado e, atualmente, os fluxos migratórios são majoritariamente provenientes de Estados em conflito como guerra civil, e outros fatores como perseguição política, religiosa, sexual, entre outros fatores. (Silva; Verástegui, 2023).

Em 2023, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) apontou que o Brasil recebeu 58.628 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, totalizando 406.695 pedidos desde 2011. Desses, 50,3% das solicitações foram feitas por pessoas de nacionalidade venezuelana (29.467), seguidas pelos cubanos, com 11.479 pedidos (19,6%). As solicitações de refugiados cubanos cresceram 109,3% em relação a 2022, enquanto as de angolanos aumentaram 15,8% no mesmo período (Junger Da Silva; Cavalcanti; Lemos Silva; De Oliveira, 2024).

No âmbito das políticas públicas, a formulação voltada para imigrantes no Brasil é influenciada pelas categorias jurídicas de "imigrantes" e "refugiados", definidas pela legislação

e pelo processo de elegibilidade. O reconhecimento da condição de refugiado é declaratório, ou seja, o Estado apenas formaliza uma condição já existente. Esse processo, que ocorre administrativamente, pode levar até dois anos. A definição de refugiado ou imigrante impacta o acesso a direitos (Rossa, 2018).

No que tange ao acesso à educação, a Lei 9.474/97 garante que refugiados tenham facilidades como o reconhecimento de diplomas e o acesso a instituições acadêmicas, que geralmente são processos burocráticos e custosos. Quanto ao direito de acesso à educação superior, este se baseia em quatro dimensões interdependentes: hospitalidade, autonomia, liberdade e o direito a ter direitos. A hospitalidade refere-se ao acesso igualitário a serviços públicos, incluindo a educação superior, que deve ser garantido a todos, independentemente de sua origem. O acolhimento do refugiado deve ocorrer pelo simples fato de ser uma pessoa, assegurando-lhe acesso pleno a bens públicos como a educação (Silva; Verástegui, 2023).

Essa garantia está em consonância com o princípio da democratização do acesso à universidade pública. Nesse contexto, a ideia de universalidade toma forma, e surgem mecanismos que possibilitam condições justas de concorrência para todos os brasileiros, com as ações afirmativas sendo ferramentas no combate às desigualdades (Peres, 2022, p.07).

Para combater essas desigualdades e democratizar o acesso de refugiados às instituições de ensino superior no Brasil, a Universidade de Brasília (UnB) estabeleceu, por meio da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 67/2007, a admissão de refugiados para cursos de graduação. A resolução prevê que o estudante deve se declarar refugiado pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), conforme estabelece o artigo 1º da Lei nº 9.474/1997.

Entre as condições expostas, o refugiado só poderá obter a vaga uma única vez na condição de refugiado. Quando admitido, o estudante terá acesso a todos os direitos e deveres dos demais alunos da instituição (UnB, 2007). Ressalta-se que, para que o ingresso seja possível, é necessário apresentar documentação escolar correspondente ao ensino médio, conforme o sistema educacional brasileiro. Na ausência deste documento, deve-se solicitar uma documentação atestada pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), para que o estudante seja submetido aos meios de admissão previstos pela instituição de ensino. Nesse sistema, as vagas destinadas a refugiados são vagas ociosas, resultantes de desligamentos, transferências para outras instituições de ensino superior ou vagas remanescentes do vestibular, nesse caso, é necessário que haja vagas disponíveis no curso pretendido (Idem, 2007).

3.5. Dupla Diplomação

Com relação a realização da Dupla Diplomação¹⁹, segundo a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) é uma modalidade de intercâmbio acadêmico na qual o estudante realiza parte de seu curso, seja de graduação ou pós-graduação, na Universidade de Brasília (UnB) e outra parte no exterior, recebendo ao final diplomas de ambas as instituições. Esse programa é viabilizado por acordos firmados entre cursos da Universidade de Brasília (UnB) e cursos correspondentes em universidades parceiras no exterior.

Na graduação, a Universidade de Brasília (UnB) oferece programas de duplo-diploma em algumas áreas específicas. O curso de Arquitetura e Urbanismo possui parceria com o Politécnico de Turim, na Itália. Já o curso de Engenharia Aeroespacial mantém um acordo com o Institut National des Sciences Appliquées Rouen Normandie, na França, com opções nas áreas de Engenharia Mecânica ou Energia e Propulsão. Além disso, o curso de Engenharia Eletrônica conta com parceria com a École Nationale Supérieure d'Ingénieurs de Caen, também na França.

Na pós-graduação, há diversas opções de duplo-diploma. O Mestrado em Administração possui parceria com a Universidad Nacional del Litoral, na Argentina. O Mestrado em Literatura é realizado em conjunto com a Université de Nantes, na França. O Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações oferece a possibilidade de duplo-diploma por meio de um consórcio internacional que inclui a Universitat de València, Università di Bologna, Universidade de Coimbra e Universitat de Barcelona, abrangendo instituições da Espanha, Itália e Portugal.

Além dessas opções estruturadas, estudantes de outros programas de pós-graduação também podem buscar o duplo-diploma por meio da modalidade de cotutela. Nesse formato, o estudante recebe os diplomas de ambas as instituições através de um regime de coorientação de

¹⁹ As informações desta seção foram obtidas no site oficial da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT). Disponível em: <https://int.unb.br/br/estude-na-unb/dupla-diplomacao>. Acesso em: 03 dez. 2024.

sua dissertação ou tese, ampliando as possibilidades de formação acadêmica internacional. Essa outra modalidade será explicada adiante.

3.6. Cotutela (Pós-Graduação)

Segundo Marrara (2007), o processo de internacionalização refere-se ao ato de tornar-se internacional. No entanto, essa definição simples não esclarece completamente os limites da internacionalização acadêmica, que inclui a internacionalização da pós-graduação. O conceito de "internacionalizar-se" pode ser compreendido a partir de dois objetivos principais: um de natureza institucional e outro de natureza acadêmica (Marrara, 2007, p. 247).

No contexto acadêmico, as políticas de internacionalização são vistas como ferramentas essenciais para a formação de docentes, pesquisadores e discentes, proporcionando experiências complementares à educação na graduação e na pós-graduação. Com um foco claro na academia, a internacionalização visa contribuir para o desenvolvimento da educação e da ciência por meio da colaboração e troca de experiências com agentes internacionais (Idem, 2007).

A universidade se internacionaliza ao colaborar no desenvolvimento científico em nível supranacional. Esse processo pode envolver atividades como estágios de pesquisa no exterior, participação em cursos e congressos internacionais, além de cotutelas e coorientações de mestrado e doutorado. Para avaliar a internacionalização de uma instituição de ensino superior, é preciso, fundamentalmente, considerar a qualidade de suas publicações, a participação de docentes e discentes em atividades internacionais e a recepção de pesquisadores e estudantes internacionais, utilizando indicadores de internacionalização ativa e passiva (Marrara, 2007).

Nesse sentido, a cotutela se apresenta como uma importante estratégia para as universidades internacionalizarem seus programas de pós-graduação. Ela permite que estudantes, tanto nacionais quanto internacionais, possam ser diplomados em dois países, ampliando suas oportunidades no mercado acadêmico e proporcionando à universidade a chance de expandir suas colaborações globais (Mocarzel et al., 2019). Assim, a cotutela²⁰ vai além do aspecto formal dos acordos de cooperação, alterando a maneira como os pesquisadores produzem conhecimento e constroem novas epistemologias, ao interagir com saberes que antes

²⁰ A cotutela permite que o aluno obtenha um diploma válido em duas instituições, com regras distintas para bancas de defesa. Já a coorientação envolve apenas a participação de um docente externo na orientação (Marrara, 2007).

não estavam ao seu alcance. Esse tipo de internacionalização se torna um processo mais ativo (Idem, 2019).

Na Universidade de Brasília (UnB), o programa de mobilidade Cotutela, voltado para estudantes de Mestrado e Doutorado, é regido pela Resolução nº 0250/2014. Por meio dessa resolução, a Universidade de Brasília (UnB) pode estabelecer acordos específicos com instituições estrangeiras, envolvendo docentes de ambas as universidades, com o objetivo de realizar a coorientação de estudantes de Mestrado e Doutorado, desde que exista um convênio formal (UnB, 2014). No que diz respeito ao recebimento de estudantes internacionais, a resolução determina que o estudante deve estar matriculado em uma instituição de ensino estrangeira e obedecer às regras estabelecidas no convênio de cotutela, para que seus títulos possam ser posteriormente validados. Nesse contexto, o candidato aprovado no programa de cotutela, oriundo de uma universidade estrangeira, estará sob a supervisão de dois orientadores, um de cada instituição envolvida (Idem, 2014).

Em síntese, este capítulo apresentou um panorama sobre os diferentes modos de acesso à universidade por meio de programas e acordos internacionais com instituições ao redor do mundo. Os programas de mobilidade acadêmica e as diversas modalidades de ingresso de estudantes estrangeiros ilustram a evolução institucional e o esforço contínuo para ampliar o acesso e a inclusão, mesmo diante dos desafios estruturais ainda existentes. Considerando o histórico da universidade, a instituição se posiciona como uma referência no cenário nacional e internacional, promovendo uma formação acadêmica integrada a uma perspectiva global. No próximo capítulo, será apresentada a metodologia do trabalho.

4. Capítulo: Procedimentos Metodológicos

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados para a elaboração desta pesquisa destacam-se às técnicas qualitativas da pesquisa científica. Nesse sentido, conforme Cano (2012), a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender profundamente os contextos sociais e interpretá-los. Assim, o método qualitativo preocupa-se com as histórias de vida e as situações vivenciadas por determinados grupos, sendo essa abordagem aprofundada do individual uma chave essencial para acessar a vivências de grupos.

Dessa forma, com o objetivo de mapear os estudantes refugiados, imigrantes e apátridas na Universidade de Brasília (UnB), proposta também desenvolvida no projeto de extensão nome pelo qual fui bolsista no Laboratório de Estudos sobre as Migrações Internacionais (LAEMI), foi realizado trabalho de campo para identificar esses estudantes e entrevistá-los.

Como parte das abordagens metodológicas, foi necessário divulgar o projeto em andamento para viabilizar o contato com os participantes. Para isso, foram elaboradas peças gráficas, incluindo um *post* para o Instagram do laboratório, um cartaz com *QR Code* para manifestação de interesse e uma peça para os stories, garantindo maior visibilidade quando repostada. Após o primeiro estudante manifestar interesse, foi marcada uma entrevista remota por meio da plataforma *Microsoft Teams*.

Figura 1- Post de Divulgação: Manifestação de Interesse



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 - Cartaz de Divulgação: Manifestação de Interesse



Fonte: Elaboração própria

Figura 3 - Story de Divulgação: Manifestação de Interesse



Fonte: Elaboração própria

Para ampliar o alcance da pesquisa, utilizou-se a técnica de amostragem "bola de neve". Conforme Vinuto (2014), a amostragem em bola de neve é considerada não probabilística, ou seja, não permite determinar a probabilidade de seleção, mas é útil para estudar grupos de difícil acesso, como os estudantes internacionais. Essa dificuldade decorre, entre outros fatores, da ampla diversidade de alunos matriculados e do fato de que as informações dentro da Universidade de Brasília são protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que garante a segurança, a privacidade e o respeito aos dados pessoais e administrativos.

Assim, para iniciar a busca pelos estudantes, as peças gráficas foram divulgadas no instagram oficial do LAEMI, visando localizar alguém com o perfil necessário para a pesquisa. Após a primeira entrevista, o próprio participante indicou outros estudantes, conforme a lógica

da amostragem em bola de neve. Entrei em contato com os indicados e, ao final, entrevistei 11 estudantes de diferentes nacionalidades. Entre os participantes, cinco eram homens, dos quais um pertencia à pós-graduação. Já entre as mulheres, seis foram entrevistadas, sendo a maioria da graduação e duas da pós-graduação. Todas as entrevistas foram realizadas remotamente pela plataforma *Microsoft Teams*, gravadas e transcritas. Confira a tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos participantes por sexo, nacionalidade, modalidade de entrada e curso

Número	Sexo	Nacionalidade	Modalidade	Curso
1	Feminino	Colômbia	Pós-graduação	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
2	Masculino	Nigéria	Graduação – PEC-G	Ciência da Computação
3	Feminino	Guiné Equatorial	Graduação – PEC-G	Relações Internacionais
4	Masculino	Moçambique	Pós-graduação	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
5	Feminino	Peru	Pós-graduação	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
6	Masculino	Benim	Graduação – PEC-G	Relações Internacionais
7	Masculino	República Democrática do Congo	Graduação – PEC-G	Engenharia da Computação
8	Masculino	Honduras	Graduação – PEC-G	Engenharia Civil
9	Feminino	Nigéria	Graduação – PEC-G	(Pré-PEC) ²¹
10	Feminino	Nigéria	Graduação – PEC-G	(Pré-PEC)
11	Feminino	Paquistão	Graduação – Acesso PAS	Relações Internacionais

Fonte: Produção própria

Com relação aos servidores dos setores-chave de acolhimento, a servidora da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) foi entrevistada presencialmente. O servidor da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Secretaria de Assuntos Internacionais foi entrevistada pela plataforma *Microsoft Teams*. Além disso, a representante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) e do projeto de extensão INTEGRA foram entrevistadas de forma online pela mesma plataforma.

Para a realização das entrevistas semi-estruturadas, foram definidos blocos temáticos a fim de organizar e direcionar as questões de acordo com os objetivos da pesquisa. O primeiro bloco,

²¹ Período preparatório destinado a estrangeiros que desejam ingressar no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e que necessitam de aulas de português para alcançar o nível de proficiência linguística exigido pelo programa.

voltado para a análise das duas categorias centrais do estudo, acolhimento e integração, foi estruturado para contemplar, inicialmente, aspectos da trajetória pessoal e acadêmica dos estudantes participantes. O segundo bloco concentrou-se na avaliação e nas considerações finais, incluindo questões direcionadas à percepção dos discentes sobre as políticas institucionais de acolhimento e integração implementadas pela universidade.

No caso das entrevistas realizadas com os atores institucionais considerados estratégicos, também foram elaborados blocos de questões, com o propósito de compreender o papel desempenhado por esses setores e verificar a existência de consonância entre as ações efetivamente desenvolvidas e as percepções relatadas pelos estudantes. Tal escolha metodológica se justifica, uma vez que, em parte das entrevistas com os discentes, esses setores foram mencionados, mas, ao se analisar os relatos, observou-se que poucos estudantes possuíam conhecimento detalhado sobre as atribuições institucionais e os serviços oferecidos por essas instâncias.

Adicionalmente, foram incluídas questões destinadas a compreender o processo de recepção dos estudantes estrangeiros e o funcionamento do atendimento institucional prestado a esse público. O bloco de entrevistas mais reduzido correspondeu ao tema da integração, aplicado especificamente às entrevistas com as representantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) e do projeto de extensão INTEGRA. Nesses casos, buscou-se identificar como os serviços são operacionalizados, de que forma os estudantes acessam essas iniciativas e quais são as principais demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano dessas atividades. Essas entrevistas, portanto, tiveram como objetivo central compreender as dinâmicas institucionais de acolhimento e integração a partir da perspectiva dos responsáveis pela execução dessas ações.

No que se refere às dificuldades enfrentadas durante a realização das entrevistas, alguns obstáculos foram identificados ao longo do processo de campo. Inicialmente, cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa vinculada a um projeto de extensão, cuja proposta previa um mapeamento preliminar, a primeira dificuldade consistiu na inserção no campo. Como o tema abordado ainda não havia sido explorado anteriormente no contexto da Universidade de Brasília (UnB), inexistiam informações sistematizadas sobre o número de estudantes migrantes, seu perfil acadêmico, suas nacionalidades ou mesmo sobre sua localização na instituição, o que dificultou a construção desse perfil e a definição de estratégias para localizá-los, considerando-se a extensa dimensão territorial da universidade.

Durante a realização das entrevistas, algumas limitações também foram observadas em função da barreira linguística. Parte dos estudantes entrevistados apresentava dificuldades para se expressar em língua portuguesa, o que exigiu, da pesquisadora, habilidades de comunicação em outros idiomas, como francês e espanhol, línguas nas quais possuo proficiência e que possibilitaram a condução adequada das entrevistas. O idioma inglês apareceu em dois momentos, sendo que, em uma das ocasiões, a entrevista precisou ser descartada, pois o estudante não possuía nenhum domínio da língua portuguesa e, diante da minha limitação em se comunicar fluentemente em inglês, a entrevista não pôde ser concluída, comprometendo a sua utilização.

Outro obstáculo enfrentado foi o tempo disponível para o trabalho de campo que constituiu uma dificuldade relevante, uma vez que, para atender ao cronograma estabelecido pelo relatório final da pesquisa de extensão de 2024, foi necessário concluir essa etapa em menos de três meses. Essa restrição temporal implicou a realização de parte significativa das entrevistas no formato virtual.

No que se refere às entrevistas institucionais com os atores-chave, a proposta inicial previa a condução dessas conversas de forma presencial, considerando-se a importância de conhecer os ambientes de trabalho e as rotinas institucionais desses setores. Contudo, em razão de incompatibilidades de agenda, apenas uma das entrevistas pôde ser realizada presencialmente.

Algumas estratégias metodológicas foram adotadas com o objetivo de otimizar e operacionalizar o trabalho de campo de maneira mais eficiente. O primeiro passo consistiu em priorizar a realização das entrevistas com os discentes, considerando a necessidade de alcançar a saturação. Para isso, foi estruturada uma agenda de entrevistas. Dessa forma, foram agendadas de três a quatro entrevistas por dia, o que permitiu atingir, em tempo hábil, um número satisfatório de participantes para compor a amostra da pesquisa.

Paralelamente, diante da possibilidade de demora na confirmação de disponibilidade por parte dos servidores vinculados aos setores institucionais considerados estratégicos, as entrevistas com esses atores foram sendo solicitadas e organizadas simultaneamente. Todas as entrevistas, tanto presenciais quanto remotas, foram previamente agendadas por meio da plataforma *Microsoft Teams*. Mesmo nos casos presenciais, optou-se por formalizar os agendamentos no sistema *Teams*, de modo a viabilizar a gravação apenas do áudio das entrevistas. Essa escolha se deu pelo fato de a plataforma disponibilizar, posteriormente, a transcrição automática dos áudios, o que contribuiu significativamente para a agilidade no

processo de transcrição e organização do material empírico. A partir da sistematização das entrevistas, o tempo restante do cronograma de pesquisa foi dedicado à análise dos dados e à elaboração do relatório final.

5. Capítulo: Vivências e Percepções dos Estudantes Internacionais na Universidade de Brasília (UnB)

Este capítulo seção foi concebido para analisar as entrevistas concedidas pelos estudantes em mobilidade internacional e migrantes. O principal foco das entrevistas foi perguntar aos estudantes sobre a vivência deles e o acolhimento e hospitalidade na Universidade de Brasília (UnB). Para tal, a partir da análise das entrevistas cheguei nas seguintes categorias, como relevantes para esses estudantes para a vivência de um processo acolhedor: 1) Percepções sobre o Acolhimento e a Integração Universitária, 2) Barreiras Informacionais e Acolhimento Solidário na UnB, 3) Acolhimento e Integração: Ausência Institucional e Apoio Coletivo, 4) Acesso à Assistência Estudantil.

Além disso, 4) Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) 5) Secretaria de Direitos Humanos (SDH), 6) Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), 7) Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) e 8) projeto INTEGRA. Conforme a divisão do capítulo, para oferecer um panorama geral, a primeira seção inicia com a discussão sobre os conceitos de hospitalidade e acolhimento, que serão abordados a partir da lógica da inclusão e da exclusão vivida pelos estudantes. Alguns relatam que, ao chegarem à universidade, sentem-se excluídos e com pouca assistência, tanto no que diz respeito ao acesso à informação quanto ao suporte por meio de auxílios e políticas de permanência. O acolhimento, para esses estudantes, ocorre principalmente por meio da solidariedade e da boa vontade de alguns servidores, professores e colegas de curso ou integrantes dos programas de convênio dos quais fazem parte.

Por fim, considerando a demanda dos próprios estudantes, são analisados os setores responsáveis pelo acesso à informação e pelos auxílios oferecidos. Dentre os auxílios existentes, são abordados especificamente aqueles relacionados à alimentação e à moradia, pois, conforme os relatos, esses foram apontados como as principais necessidades para garantir a permanência imediata na universidade.

5.1. Percepções sobre o Acolhimento e a Integração Universitária

“A hospitalidade acontece ao se oferecer ao outro antes mesmo que ele se identifique, antes que seja reconhecido como sujeito — seja de direito, seja nomeável” (DERRIDA, Jaques).

Nesta seção, busca-se compreender a percepção dos estudantes internacionais sobre as formas de acolhimento e integração que vivenciam na Universidade de Brasília (UnB). Para construir essa análise e organizar os relatos apresentados, é indispensável dialogar com conceitos teóricos fundamentais ao debate, entre eles a noção de hospitalidade.

O conceito de hospitalidade torna-se central para iniciar esta reflexão, uma vez que os estudantes entrevistados frequentemente mencionam suas experiências ao chegar ao Brasil e, especificamente, ao ingressar na UnB. Muitos relataram ter sido bem recebidos por determinados indivíduos, mas também destacaram a ausência de ações institucionais sistemáticas nesse processo. Segundo Gonçalves (2018), um dos autores mais reconhecidos a tratar da hospitalidade é Jacques Derrida, que a entende como atravessada por uma tensão constante entre acolhimento e hostilidade. Para Derrida, a hospitalidade carrega uma dualidade intrínseca, envolvendo tanto a abertura quanto a imposição de condições ao outro. Dufourmantelle (2003) acrescenta que Derrida analisa essa temática a partir da posição do estrangeiro, politicamente e socialmente definido, mas sempre situado em um lugar transitório e instável. Essa reflexão permite iluminar as dinâmicas de inclusão e exclusão que se estabelecem nos espaços universitários, cenário em que o estrangeiro ocupa, muitas vezes, uma posição ambígua: convidado e tolerado, mas nem sempre plenamente integrado.

É precisamente essa dimensão que se evidencia nos relatos coletados. No decorrer das entrevistas, tornou-se possível redesenhar o perfil dos estudantes internacionais da UnB, que abrange desde participantes de programas de mobilidade acadêmica e estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) até imigrantes naturalizados e aqueles que ingressaram por meio dos processos seletivos tradicionais de graduação e pós-graduação.

Um dos eixos do roteiro de entrevistas consistiu em questionar como esses estudantes percebiam o acolhimento institucional e cotidiano na universidade. A partir dessa indagação,

emergiram outras questões, como a relação com professores, colegas e servidores administrativos. Os relatos evidenciaram que, do ponto de vista institucional, as políticas de acolhimento são frágeis e, em alguns casos, inexistentes. As experiências positivas relatadas estavam quase sempre associadas à boa vontade de indivíduos específicos, colegas mais antigos, servidores de secretarias e técnicos de determinados setores, que se dispuseram a ajudar com questões burocráticas, indicar serviços ou oferecer apoio emocional no processo de adaptação.

Entre os diferentes perfis analisados, destacam-se os relatos de estudantes do PEC-G, que apontaram a ausência de uma recepção organizada e estruturada pela universidade como um dos principais obstáculos enfrentados logo na chegada ao país. Muitos relataram a sensação de desamparo e a dificuldade de adaptação inicial, acentuada pela barreira linguística e pelo desconhecimento das dinâmicas acadêmicas e culturais brasileiras.

"Ao chegar aqui diretamente, minha experiência não foi das melhores. No início, enfrentei muitos desafios, especialmente por estar em um país com uma cultura diferente e sem conhecer ninguém. Cheguei sem família, sem amigos e sem falar português. Precisei fazer um curso para aprender o idioma, e, no começo, não foi nada fácil. [Na chegada] lembro perfeitamente que, depois de três meses, ainda não conseguia me comunicar direito. Cheguei a pensar em desistir, mas, aos poucos, fui pegando o jeito. Hoje, consigo me expressar bem e entender os outros, o que já é uma grande conquista." (Estudante graduação, A).

Outro depoimento reforça a necessidade de políticas institucionais mais estruturadas:

"Quando cheguei à universidade, percebi que não há uma estrutura de acolhimento organizada pela própria instituição. Quando um estudante estrangeiro chega, ele já enfrenta dificuldades, e deveria haver alguém para recebê-lo no aeroporto. [...] Muitos tiveram sorte, pois tinham irmãos ou conhecidos que puderam buscá-los, o que facilitou bastante. Mas para aqueles que não tinham ninguém, a situação era bem mais complicada. Lembro que, quando desembarquei em São Paulo com um colega de viagem, ele não tinha ninguém para acolhê-lo. Esse tipo de situação mostra a necessidade de um suporte mais estruturado." (Estudante graduação, B).

Nesta seção, pode evidenciar que esses relatos não apenas reforçam a importância do acolhimento na comunidade acadêmica, mas também evidenciam os limites desse acolhimento quando ela depende exclusivamente de iniciativas individuais e não de ações institucionalizadas. A partir dessa perspectiva, a hospitalidade, tal como proposta por Derrida, aparece nos espaços da instituição como um gesto pontual, muitas vezes precário e condicionado, revelando tanto as aberturas quanto as restrições impostas aos estudantes estrangeiros. Assim, compreender as formas de acolhimento e integração na universidade

implica analisar como essas práticas de hospitalidade são distribuídas de maneira desigual, refletindo tensões maiores no campo das migrações e das políticas educacionais brasileiras.

5.1.2. Barreiras informacionais e acolhimento solidário na UnB

A chegada de estudantes internacionais à Universidade de Brasília (UnB), especialmente aqueles vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), é marcada por um conjunto de desafios que transcendem as dificuldades acadêmicas e linguísticas. As entrevistas realizadas evidenciam que o acolhimento institucional oferecido pela universidade é limitado, fragmentado e, muitas vezes, inexistente, obrigando esses estudantes a recorrerem a suas próprias redes de apoio e à solidariedade de terceiros.

Ao serem questionados sobre como chegaram à universidade e de que forma colaboram para receber novos colegas, os estudantes relataram que, em geral, utilizam seus próprios recursos e estratégias. Um dos entrevistados destacou seu envolvimento direto na recepção de estudantes recém-chegados, como no caso de uma jovem do Benin, recebida no Aeroporto de Brasília com o apoio de veteranos do PEC-G. Embora gestos como esse sejam importantes, eles partem da iniciativa individual dos próprios estudantes, evidenciando a ausência de um protocolo ou estrutura formal de recepção na UnB.

O relato desse estudante também expõe que, ao desembarcar, os estudantes internacionais raramente contam com acolhimento institucional imediato. Na maioria das vezes, são vizinhos, veteranos e alguns professores, especialmente os responsáveis pelos cursos de português no primeiro semestre, que oferecem os primeiros gestos de cuidado e orientação. Contudo, mesmo com esse apoio pontual, as dificuldades informacionais permanecem. Muitos estudantes relataram não ter acesso a informações básicas sobre a universidade, seus serviços e processos internos.

“Quando eu cheguei, não tive acesso à informação sobre a UnB. Embora não compreendesse tudo, tive o apoio de alguns professores que sabiam que eu falava espanhol. Eles tentavam facilitar, oferecendo a opção de fazer seminários e provas em espanhol, mas eu sabia que precisava me virar em português” (Estudante de Graduação, C).

Além das barreiras informacionais, o choque cultural e social também se impõe como obstáculo à integração plena. Relatos indicam dificuldade para estabelecer vínculos com colegas brasileiros, muitas vezes pela ausência de continuidade nas interações e por situações de preconceito velado ou estereótipos.

“Os brasileiros, no geral, são simpáticos, mas depende muito da personalidade. Às vezes, alguém com quem conversei ontem me ignora no dia seguinte. Também fazem perguntas desagradáveis, como: ‘Você tem café na Nigéria?’. É importante que mais pessoas conheçam a África, suas línguas e culturas. Afinal, é um continente imenso, diverso” (Estudante de Graduação, D).

Quando indagados sobre quem seriam as figuras de acolhimento institucional na universidade, os estudantes, sobretudo do PEC-G, mencionaram apenas um servidor vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e a professora de português como referências constantes. Mais recentemente, veteranos do PEC-G criaram uma associação informal para apoiar novos estudantes, o que evidencia a necessidade de articulação comunitária diante da lacuna institucional.

“Quando um estudante chega, o Brasil tem muitas regras. A gente fica perdido na universidade. A única referência que temos é [o servidor] e a professora de português” (Estudante PEC-G, C).

As entrevistas revelam, no entanto, que o suporte oferecido pelo servidor é insuficiente para atender a todos. Os estudantes relataram frustrações ao buscarem informações em outros setores da universidade, como o Instituto de Relações Internacionais, e não receberem o auxílio necessário. A percepção de que a UnB não possui uma política estruturada para o acolhimento de estudantes internacionais foi recorrente nos depoimentos.

“Realmente, a gente enfrenta muita coisa, e a UnB não está preparada para isso. Até agora não está. [...] Nós tivemos informações de quem chegou antes. E [o servidor] é só uma pessoa. Ele não pode atender a todo mundo, não pode dar todas as informações possíveis” (Estudante de Graduação, A).

Essa ausência de preparo institucional não se restringe à chegada, mas se prolonga no cotidiano acadêmico e emocional dos estudantes. Muitos mencionaram o impacto psicológico da mudança, o isolamento social e o abandono institucional como fatores que contribuem para quadros de ansiedade, depressão e até evasão acadêmica.

“A UnB está muito atrasada na inclusão de pessoas. Não sei se é falta de capacidade ou de vontade. Em várias situações, a gente precisa correr atrás. Recentemente fomos até a reitoria defender questões importantes, mas não fomos ouvidos. E tem a questão emocional — conheci pessoas que desistiram, não

aguentaram a solidão e a falta de acolhimento. Nós, africanos, tentamos acolher os novos estudantes porque a universidade não faz isso" (Estudante de Graduação, A).

Ainda que iniciativas de solidariedade surjam de professores e servidores, estas são marcadas pela informalidade e pela sobrecarga emocional e material de quem decide ajudar. Houve relatos de professores que, além de apoio acadêmico, ofereciam auxílio material e financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade.

"[Quando eu cheguei] a professora nos ajudou a organizar a casa, trazendo tudo o que precisávamos. Ela até ofereceu a máquina de lavar roupas dela para usarmos. Tudo isso foi por vontade própria, com muito cuidado" (Estudante de Graduação, C).

Em suma, a experiência de acolhimento dos estudantes internacionais na Universidade de Brasília (UnB) revela a existência de barreiras informacionais importantes, agravadas pela falta de políticas institucionais consolidadas para esse perfil de estudantes. Os estudantes dependem da solidariedade de veteranos, professores e de um número restrito de servidores, configurando uma rede de apoio informal e insuficiente. A ausência de estrutura formalizada e institucionalizada de serviços específicos para essa demanda não apenas compromete a experiência acadêmica e social desses estudantes, mas também impõe um custo emocional e material aos agentes que se voluntariam a suprir as carências institucionais. Essa realidade evidencia a urgência de ações institucionais articuladas e permanentes que garantam, de forma institucionalizada, o acolhimento e a integração de estudantes em mobilidade, migrantes, refugiados e apátridas na universidade.

5.1.3. Acolhimento e Integração: Ausência Institucional e Apoio Coletivo

As entrevistas realizadas com estudantes internacionais da pós-graduação na Universidade de Brasília (UnB) evidenciaram um cenário marcado pela ausência de políticas e procedimentos institucionais claros para acolhê-los. Ao relatarem suas experiências de chegada à universidade, os estudantes expressaram sentimentos de desamparo e negligência por parte da instituição. Nenhum dos entrevistados mencionou ter passado por um processo oficial de acolhimento, orientação ou integração organizado pela Universidade de Brasília (UnB).

Diante dessa carência institucional, os relatos apontam que a adaptação inicial dos estudantes foi possível graças ao apoio de pessoas próximas e da própria rede de contatos construída antes ou logo após a chegada ao Brasil. Amigos, familiares, colegas de programa e professores desempenharam papel fundamental nesse acolhimento informal e espontâneo:

“Cheguei com o apoio da [amiga], dos meus pais, da minha família” (Estudante de pós-graduação, E).

Outro estudante destacou que todo o processo de seleção e mudança foi feito de forma independente, sem qualquer orientação institucional:

“Eu participei dos processos seletivos estando ainda no meu país. Concorri, fui admitido para fazer o mestrado, e quando fui admitido, comecei a me organizar. Eu vim para cá por conta própria, e não tem sido nada fácil” (Estudante de pós-graduação, F).

Esses relatos evidenciam não apenas a ausência de estrutura de acolhimento, mas também o deslocamento da responsabilidade pela integração para as relações interpessoais e iniciativas isoladas de servidores e colegas. Assim como nos relatos dos estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), observa-se que, na pós-graduação, a hospitalidade ocorre de forma informal, por meio de redes de solidariedade entre veteranos, professores e funcionários, com destaque para aqueles que, por experiência ou sensibilidade, se dispõem a oferecer algum tipo de apoio.

Além disso, as entrevistas revelam a precariedade das informações institucionais disponibilizadas para estudantes internacionais. A dificuldade em compreender o funcionamento da universidade e acessar seus direitos estudantis e jurídicos aparece como um

obstáculo recorrente. Os estudantes relataram não saber a quem recorrer para esclarecer dúvidas, resolver questões burocráticas ou buscar suporte diante de situações de vulnerabilidade social e emocional.

A falta de sinergia entre os setores responsáveis pelo atendimento a estudantes internacionais agrava esse cenário. Atualmente, o atendimento é fragmentado: enquanto os estudantes do PEC-G são orientados a procurar a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), os estudantes de mobilidade acadêmica de curta duração são atendidos pela Secretaria de Assuntos Internacionais (INT). Já os estudantes internacionais da pós-graduação e da graduação tradicional não possuem um setor institucionalmente designado para acolhê-los ou para orientar sua adaptação. Essa desarticulação revela não apenas a inexistência de políticas consolidadas, mas também a deficiência de uma rede institucional integrada e articulada de acolhimento e integração.

Por fim, os relatos apontam que a Universidade de Brasília (UnB) permanece atrasada no debate e na implementação de ações efetivas voltadas à inclusão de estudantes internacionais. Em um contexto no qual a presença de estudantes estrangeiros cresce, seja por meio de convênios internacionais, mobilidade acadêmica ou por demanda espontânea, a ausência de diretrizes institucionais claras e de uma política de acolhimento estruturada compromete o bem-estar desses estudantes.

Dessa forma, o acolhimento na instituição se mantém, até o presente momento, no campo da improvisação e da solidariedade interpessoal, evidenciando a necessidade urgente de revisão e ampliação das políticas institucionais de inclusão, acolhimento e integração dos estudantes internacionais, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

5.1.4. Acesso à Assistência Estudantil

Nesta seção, optei por abordar a assistência estudantil, com foco tanto no acesso à moradia quanto à alimentação. A escolha por desenvolver apenas essas duas categorias se justifica pelo fato de que, de maneira geral, os estudantes destacaram as dificuldades em acessar esses benefícios, que são considerados fundamentais para sua permanência na instituição.

Durante as entrevistas, foi possível compreender o contexto socioeconômico desses estudantes, com especial atenção aos participantes do programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e da pós-graduação. Para mapear os aspectos do acolhimento que recebem atenção e aqueles que ainda necessitam de melhorias, os entrevistados foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas ao ingressar na universidade e sobre a disponibilidade de assistência socioeconômica a que tinham acesso.

Entre as principais dificuldades relatadas nos primeiros dias no Brasil, a questão financeira foi destacada por metade dos entrevistados. Essa dificuldade não se restringe à condição econômica do estudante ou ao contexto de seu país de origem, mas também está associada à falta de acesso a informações sobre os programas de apoio disponíveis na instituição. Muitos relataram obstáculos para encontrar informações sobre auxílios, especialmente aqueles voltados à alimentação. Esse problema se torna ainda mais crítico para estudantes da pós-graduação em situação de vulnerabilidade social.

Por outro lado, os estudantes do programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) atualmente têm acesso gratuito ao Restaurante Universitário (RU) durante o primeiro semestre, sem a necessidade de avaliação socioeconômica, até que realizem a prova de proficiência em português. Essa medida representa um importante suporte inicial, reduzindo parte das dificuldades enfrentadas na adaptação ao ambiente acadêmico.

“Eu perdi meu acesso gratuito no RU, por receber a bolsa do mestrado, mas a bolsa está em atraso [...] [Sobre o atraso] Eles só falaram que há um problema com o parlamento, mas não deram uma resposta clara. Não sabemos o que fazer. Então, retiraram a bolsa há 2 meses, e nós seguimos com a moradia gratuita. Mas também estamos pagando a moradia, R\$ 40,00, além da luz. [...] Sem o RU [...] eu estou totalmente economizando, comendo muito pouco, tentando não gastar demais. Se eu fico na minha habitação, eu vou consumir a luz, o ventilador também. Então, eu fico na UnB ou na Biblioteca da rodoviária” (Estudante da pós-graduação, E).

“Quando cheguei, os programas de alimentação... estavam fechados, não estavam abertos. [...] Sem o auxílio, eu tive que me planejar, baratear as coisas, e colegas da turma e minha coordenação também me mandavam um valor qualquer. Com isso, eu conseguia pagar todas as refeições. [...] Se eu jantava hoje, amanhã eu tinha que almoçar, se almoçava amanhã. Porque depois da manhã, tenho que jantar e assim ia” (Estudante da pós-graduação, B).

Muitos estudantes relataram que o apoio financeiro enviado por suas famílias não é suficiente para cobrir o custo de vida na cidade, conhecida por seu alto custo. Essa limitação dificulta o acesso a moradias adequadas e a uma alimentação de qualidade, além de comprometer outras despesas essenciais.

A Resolução nº 006/2023 do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) regulamenta os programas de assistência estudantil, com destaque para aqueles voltados à alimentação. Os estudantes contemplados nesses programas podem ter acesso a refeições diárias, incluindo café da manhã, almoço e jantar. A norma estabelece que a prioridade de atendimento é concedida a estudantes indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCD), que têm preferência na avaliação socioeconômica. Para que estudantes internacionais sejam incluídos no programa de assistência, é necessário passar por essa avaliação.

No caso dos estudantes internacionais que fazem parte de convênios específicos, são incluídos no Grupo I da assistência estudantil aqueles matriculados no curso de Português como Língua Estrangeira (PLE) do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e os participantes de programas de Mobilidade Acadêmica, cujas instituições de origem possuam iniciativas semelhantes.

Especificamente, os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) têm acesso imediato ao Restaurante Universitário (RU) por até dois semestres, desde que estejam matriculados no curso de PLE. Após esse período, a continuidade do benefício depende da realização de uma nova avaliação socioeconômica.

“Eu me alimento gratuitamente na UnB, no RU, desde que cheguei. E, bom, eu moro na casa do estudante, né? Que também é uma forma de auxílio, e tem uma bolsa. Uma bolsa de estudo, mas não é uma bolsa diretamente da UnB. Houve aumento nas bolsas ultimamente, mas aquela ali não sofreu nenhum aumento porque não faz parte das bolsas de auxílio que a UnB dá para todo mundo. Aquela bolsa é recebida só pelo estudante PEC-G, para o PEC-G, e tem uma outra fonte diferente. Então, eu recebo aquele auxílio, e tenho o RU gratuito e a casa do estudante” (Estudante PEC-G, C).

Os estudantes que ingressam na Universidade de Brasília (UnB) por conta própria, sem bolsa de estudos ou recursos financeiros suficientes para se manterem, enfrentam uma

vulnerabilidade social significativa. Além da ausência de benefícios, muitos relatam a burocracia e a demora nas respostas institucionais como fatores de grande preocupação.

A espera pelos editais para concorrer a auxílios prolonga essa situação, frequentemente resultando em períodos sem alimentação adequada. A falta de suporte impacta diretamente a saúde mental dos estudantes, comprometendo suas expectativas acadêmicas e, em alguns casos, levando à evasão.

“Pela questão que estava acontecendo [de moradia, o atraso da bolsa] Eu fiquei muito triste, acho que até deprimida, sabe? Porque muitas vezes pensei em desistir, porque não é fácil, realmente” (Estudante de pós-graduação, E).

Quanto às dificuldades relacionadas à alimentação, os estudantes internacionais que chegam por conta própria consideram que o acesso aos auxílios deveria ser menos burocrático. Eles defendem a necessidade de uma política de acolhimento específica para atender a essa demanda.

Atualmente, a concessão do auxílio a esses estudantes depende exclusivamente da avaliação socioeconômica, um processo que pode ser demorado, deixando-os em situação de vulnerabilidade e sem outros meios de subsistência. Além disso, muitos não podem trabalhar imediatamente após chegarem ao Brasil, e aqueles que cursam pós-graduação profissionalizante, em vez de acadêmica, não têm acesso às bolsas oferecidas por instituições de fomento à pesquisa, agravando ainda mais sua condição e bem-estar.

No que diz respeito à moradia, a questão se destacou nas entrevistas, especialmente considerando o perfil dos estudantes entrevistados, participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e da pós-graduação. Para os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), foi recentemente estabelecido o direito à moradia durante o primeiro semestre de permanência no Brasil, até que realizem a prova de proficiência. A maioria desses estudantes compartilha apartamentos com colegas do programa, o que favorece a socialização. No entanto, alguns optam por morar sozinhos, seja devido a conflitos culturais, seja em busca de maior privacidade, o que implica desafios adicionais relacionados à moradia na Universidade de Brasília (UnB).

“Me arrependi de ter morado com eles. Não é que eles sejam pessoas ruins, mas a falta de organização e tudo acabou caindo sobre mim no final. Porque, depois da prova, a gente tinha que se dividir. Cada um tinha que buscar seu caminho e tal. Quando saiu o resultado, alguns não passaram na prova, outros passaram, e os que não passaram decidiram sair do Brasil. [...] Depois que foram embora, deixaram a fatura nas minhas costas [...] a fatura estava no valor de 3 mil reais” (Estudante PEC-G, C).

Para os estudantes da pós-graduação, a Universidade de Brasília (UnB) oferece vagas de moradia na Casa do Estudante Universitário da Pós-Graduação (CEU/Colina), localizada no campus Darcy Ribeiro, Bloco K da Colina. Essas vagas são destinadas a alunos de mestrado e doutorado em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em cursos presenciais. A seleção é feita pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) por meio de edital semestral, com prioridade para estudantes cuja renda familiar seja inferior a um salário-mínimo e meio per capita, graduados em universidades públicas e que não recebam outros auxílios acadêmicos. O acompanhamento do processo pode ser realizado por meio do Portal da Universidade de Brasília (UnB).

Embora exista um programa de moradia para pós-graduandos, o processo seletivo é amplo e abrange todos os estudantes em situação de vulnerabilidade social ou que atendem aos critérios de avaliação socioeconômica. No entanto, as entrevistas indicaram que o processo é visto como moroso e burocrático. Muitos estudantes enfrentam dificuldades devido à falta de documentos essenciais, como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e relatam que, ao chegarem à instituição, não recebem acolhimento imediato nem informações claras sobre os programas de assistência. Na maioria das vezes, dependem de colegas de turma, coordenação de curso ou outros estudantes imigrantes para obter essas informações.

Entre os entrevistados da pós-graduação, três relataram dificuldades em compreender os editais e o processo de submissão, além de dificuldades para entender as condições das moradias após a aprovação. Um dos estudantes compartilhou que, ao chegar a Brasília sem uma rede de apoio, precisou recorrer à universidade para obter alimentação, pois não tinha dinheiro suficiente nem moradia. Embora tenha sido apresentada a ele a possibilidade de algumas opções de moradia, ele teria que arcar com os custos. Com o tempo, sem conseguir realizar os pagamentos, foi convidado a se retirar e recebeu uma fatura de 5 mil reais.

“Quando vi que as coisas já estavam ficando complicadas, a dívida ficou muito grande. A coordenação também dizia que, para ter uma boa situação, ficava um pouco complicado, porque o mestrado aqui é um mestrado profissional. Então, quando saí da [Colina], fui informado que estava devendo 5 mil reais. [...] Não sei se a dívida será perdoada, eu sei que tenho que pagar a dívida, isso eu sei” (Estudante da pós-graduação, B).

Outros relatos indicaram que a moradia é uma dificuldade comum entre os estudantes. Por diversos motivos, muitos não conseguem se sustentar ao chegar ao Brasil e acabam contraindo dívidas para permanecer nos programas de pós-graduação.

“Quando eu cheguei, eu não tinha muito dinheiro. Como não tive acesso imediato à assistência, meus colegas me emprestavam dinheiro. Eu não tinha onde ficar, então fui para a casa transitória, onde você paga por dia. Fiquei alguns meses e, no final, fui informado que estava devendo cerca de 8 mil reais” (Estudante da pós-graduação, F).

Atualmente, os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) são alocados em apartamentos compartilhados sem custos. No entanto, aqueles que desejam continuar seus estudos na Universidade de Brasília (UnB) após a prova de proficiência e buscam morar sozinhos enfrentam dificuldades relacionadas à documentação exigida para alugar imóveis no Distrito Federal (DF), além de questões financeiras.

Por outro lado, a situação dos estudantes da pós-graduação que chegam sem recursos é particularmente delicada. As entrevistas indicaram que a espera pelos editais e pela avaliação socioeconômica agrava ainda mais a vulnerabilidade desses estudantes, levando-os a contrair dívidas ou depender da solidariedade de terceiros. Entre as sugestões de melhorias, os estudantes destacaram a importância de receberem auxílio-alimentação desde a chegada e de serem orientados de forma clara sobre os programas de assistência, para que consigam realizar seus cadastros com autonomia. Além disso, sugeriram que a Universidade de Brasília (UnB) acelere o processo de avaliação socioeconômica, a fim de evitar que fiquem sem moradia e sem acesso à alimentação logo ao chegar na instituição.

Em conclusão, é possível afirmar que o acesso à assistência estudantil na Universidade de Brasília (UnB) revela importantes avanços, mas também persistentes desafios para estudantes internacionais, especialmente aqueles da pós-graduação e os que chegam por conta própria. Embora iniciativas como o acesso inicial gratuito ao Restaurante Universitário para estudantes do PEC-G e a oferta de moradias para estudantes em situação de vulnerabilidade sejam relevantes, a burocratização dos processos, a demora nos editais e a falta de informações acessíveis comprometem a efetividade dessas ações. As entrevistas evidenciam que a carência de acolhimento institucional estruturado nos primeiros meses de permanência, associada às dificuldades econômicas e documentais, impacta significativamente o bem-estar e a permanência acadêmica desses estudantes. Assim, as experiências relatadas apontam para a necessidade de políticas de acolhimento mais céleres, inclusivas e específicas, que considerem as particularidades das trajetórias migratórias e acadêmicas desses sujeitos. No capítulo seguinte, abordarei os atores-chave mencionados pelos estudantes. Esses atores são indicados como possíveis setores responsáveis pela oferta de serviços de acolhimento e de informações voltadas aos estudantes internacionais.

6. Capítulo Estrutura e Ações Institucionais de Acolhimento e Integração na Universidade de Brasília

Este capítulo tem como objetivo analisar a estrutura e as ações da Universidade de Brasília (UnB) que os estudantes identificaram como principais fontes de informação e atendimento relacionados ao acesso aos auxílios de permanência na instituição. Inicialmente, serão apresentadas as entrevistas realizadas com a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), seguidas pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) e, por fim, o Projeto INTEGRA, vinculado à Faculdade de Direito.

Para iniciar, a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) foi mencionada recorrentemente pelos estudantes como um setor de referência para informações, sobretudo para aqueles em mobilidade acadêmica e imigrantes recém-chegados à universidade. Criada com o objetivo de promover a interação com organismos internacionais de ensino superior, a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) tem se destacado como um ponto de visibilidade na busca por informação e acolhimento. No entanto, conforme as entrevistas indicam, há um equívoco generalizado entre os estudantes sobre suas funções. Embora seja responsável por gerenciar acordos e intercâmbios internacionais, bem como oferecer suporte em moradia e alimentação, esse apoio está restrito a estudantes em mobilidade acadêmica vinculados a acordos específicos com universidades parceiras, esse ponto será detalhado melhor na entrevista.

Outro ponto, a gestão dos intercâmbios é realizada em parceria com as instituições de origem dos alunos, que selecionam os candidatos com base em critérios como condições financeiras e desempenho acadêmico. Apesar das facilidades oferecidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), muitos estudantes consideram o atendimento insuficiente, especialmente no que diz respeito à comunicação sobre moradia e auxílios financeiros, que são limitados nos acordos de intercâmbio. Durante a entrevista, foi sinalizada a necessidade de esclarecer os objetivos da universidade no acolhimento de estudantes internacionais e adotar estratégias mais eficazes para melhorar a integração e o suporte a esse público, considerando as limitações atuais e a crescente demanda por atendimento especializado.

Ainda em discussão, será desenvolvida nesta seção o acolhimento aos alunos internacionais, especialmente aqueles do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que enfrentam desafios devido à falta de uma estrutura institucional mais robusta. Nesse contexto, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) foi apontada como um setor crucial para o desenvolvimento de práticas de acolhimento mais eficazes, oferecendo acompanhamento próximo aos estudantes. Por isso, essa seção se dedicará apenas em aprofundar sobre às políticas existentes na Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Um dos pontos sinalizados, foi os desafios culturais enfrentados pelos estudantes, como episódios de racismo e dificuldades de adaptação ao novo ambiente acadêmico e social. Além disso, foram apresentadas sugestões para melhorar os espaços de convívio dentro da instituição e aprimorar as políticas de acolhimento.

Ao longo da seção ou capítulo, será apresentada a análise da atuação da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) no apoio aos estudantes internacionais, revelando avanços e limitações nas políticas de assistência estudantil. Um dos pontos que chamaram a atenção, por meio do relato da assistente social, foi o papel fundamental dos programas de acolhimento, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social. No entanto, a complexidade na gestão dessas demandas, particularmente no que se refere à agilidade e eficiência dos processos, foi identificada como um ponto de atenção.

Além disso, outros pontos que estarão presentes na seção será o atendimento de estudantes internacionais, que representa uma das principais lacunas institucionais. Embora a rede de apoio entre os próprios alunos, especialmente entre os do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), tenha demonstrado eficácia na integração, a assistência precisa ser mais rápida, principalmente em questões emergenciais como moradia e segurança alimentar.

A assistente social também destacou as dificuldades enfrentadas por estudantes com barreiras linguísticas, apontando que, apesar do apoio informal oferecido por colegas ou estagiários, o suporte especializado nem sempre está disponível. A falta de uma política integrada entre os setores da universidade e a ausência de uma abordagem sistemática para o acolhimento de imigrantes, refugiados e apátridas reforçam a necessidade de um diálogo mais efetivo e de estratégias mais eficazes na implementação de políticas de permanência.

Ainda nesta seção, para aprofundar o debate sobre as políticas de acolhimento e integração dentro da instituição, foram investigados programas e projetos que podem colaborar com a integração desses estudantes. As entrevistas realizadas trouxeram elementos essenciais para a construção de políticas mais eficazes e um plano de integração institucionalizado.

A entrevista com a representante da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) na Universidade de Brasília (UnB) destacou a falta de um processo organizado e de informações acessíveis para estudantes refugiados. Embora a Cátedra seja um ponto de articulação relevante, ainda enfrenta dificuldades estruturais, como a ausência de um fluxo claro para o ingresso de refugiados e a carência de dados para preencher relatórios exigidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A Cátedra poderia atuar como um canal de encaminhamento e apoio, articulando outros setores. Entre as sugestões apresentadas, destacou-se a necessidade de criar guias e materiais traduzidos para facilitar o acesso à informação.

Por fim, o Projeto INTEGRA, vinculado à Faculdade de Direito, surge como uma iniciativa relevante para institucionalizar o acolhimento e a integração de estudantes internacionais, imigrantes, refugiados e apátridas. No entanto, ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos financeiros e a necessidade de consolidar a integração como uma política permanente, e não apenas como uma ação pontual.

6.1. Secretaria de Assuntos Internacionais (INT)

Ao realizar as entrevistas com os estudantes, com frequência a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) foi mencionada pelos estudantes como sendo um dos meios de porta de entrada para obter informações a cerca da universidade, assistência e acolhimento. Entre os relatos, os estudantes em sua maioria apontavam que, ao chegar no local, não conseguiam resolver suas demandas. Por meio desses relatos, buscou-se compreender nesta seção o papel da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), uma vez que, as queixas eram se direcionavam para atendimentos com respostas rasas, imprecisas e sem muita resolutividade. Por isso, ao entrevistar a servidora do setor foi possível identificar as atribuições de cada setor e avaliar às devidas competências e atribuições neste âmbito do acolhimento.

Em entrevista concedida pela a servidora da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), questionou-se sobre as funções e atribuições da secretaria dentro da universidade. A servidora explicou que a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) possui duas áreas principais de atuação: Acordos Internacionais e Intercâmbios Internacionais. Ao explicar sobre como é o processo, destacou que se inicia com a formalização de um acordo entre duas instituições de Ensino Superior que prevê o trânsito entre os estudantes. Em síntese, esse acordo realizado entre duas ou mais instituições resulta no intercâmbio, pelo qual a própria universidade recebe estudantes da universidade parceira e envia estudantes brasileiros para estudar no exterior a depender da modalidade. Com a assinatura do acordo, o setor responsável pela tramitação do intercâmbio assume a responsabilidade pela gestão dessas trocas.

Ao ser perguntada como se dá essa gestão relacionada ao intercâmbio:

“Falando especificamente dos estudantes estrangeiros que vêm para cá, o processo de candidatura é realizado por meio de um formulário disponível em nosso site. Esses estudantes vêm com a intenção de cursar um semestre ou, no máximo, um ano, podendo escolher disciplinas aprovadas por ambas as instituições. Os acordos firmados incluem o compromisso de auxiliar os alunos na busca por moradia em Brasília, mas a universidade não é obrigada a fornecer essa moradia. Em relação à alimentação, os estudantes têm acesso ao restaurante universitário com preços subsidiados, assim como os estudantes nacionais. Eles também têm acesso à biblioteca e podem solicitar o passe livre estudantil” (Servidora da INT).

Em seguida, foi perguntado sobre os benefícios que eram ofertados para os estudantes:

“Esses estudantes intercambistas têm quase todos os benefícios oferecidos aos alunos regulares, com exceção de auxílios financeiros, que são restritos. Os acordos preveem que os alunos se responsabilizem por seus custos pessoais, como transporte, moradia e alimentação. A universidade oferece os serviços e facilidades

já existentes, mas é responsabilidade do estudante trazer os recursos necessários para cobrir essas despesas” (Servidora da INT).

Por se tratar de um tema frequentemente mencionado entre os estudantes, a questão do acesso à moradia e das informações sobre o auxílio foi incorporada ao roteiro de entrevistas. Segundo a entrevistada, a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) disponibiliza apartamentos na Colina, com vagas ofertadas mediante o pagamento de uma taxa estabelecida pelo setor responsável pela administração das moradias na Universidade, a Coordenação de Moradia Estudantil (COGEM).

Destaca-se que, devido à restrição no número de vagas, não é possível acomodar todos os estudantes. Assim, a prioridade é dada àqueles cujos programas de intercâmbio exigem a oferta de alojamento. Para os que não possuem essa exigência, a Secretaria se disponibiliza a fornecer informações sobre outras opções de moradia. No entanto, essas indicações não representam uma garantia, apenas sugestões.

A servidora também ressalta que há poucos acordos firmados entre a Universidade e instituições parceiras que asseguram a oferta de moradia gratuita. Nos casos em que o benefício é garantido, o próprio estudante pode residir no campus sem custos ou com taxas reduzidas, a depender do programa ao qual está vinculado.

Quando questionada sobre o processo de seleção dos estudantes, a servidora explica:

“A seleção dos estudantes é realizada pela universidade parceira. Por exemplo, se a UnB possui um acordo com uma universidade em Tóquio, essa universidade faz uma seleção interna, seguindo os critérios previamente estabelecidos no acordo. Esses critérios incluem, entre outros, a comprovação de condições financeiras, boas notas e algum conhecimento de português. Após a seleção, a universidade em Tóquio envia os nomes dos estudantes que atendem aos requisitos. [...] No contexto dos programas de intercâmbio, essas condições já são bem definidas internacionalmente. É uma regra amplamente conhecida que os alunos devem ter recursos financeiros próprios, pois a universidade anfitriã não fornece suporte financeiro. Algumas universidades no exterior oferecem bolsas de estudo, mas isso não é uma prática comum em todos os acordos. Programas como o Ciência sem Fronteiras ofereciam suporte financeiro completo aos alunos, mas iniciativas como essa não fazem parte dos acordos de intercâmbio atuais da UnB” (Servidora da INT).

Por se tratar de percepções, foi perguntado aos estudantes internacionais como eles enxergam a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT). Muitos a consideram um ponto de referência para obter informações sobre acolhimento. No entanto, quando não conseguem o suporte esperado, apontam falhas na comunicação e ineficiência no atendimento.

Nesse sentido, a servidora comenta que a Secretaria, independentemente de sua estrutura, tornou-se inevitavelmente um ponto de referência para os estudantes em busca de informações.

“O contato inicial é feito por e-mail, onde os estudantes recebem um guia detalhado com informações sobre a UnB e a cidade de Brasília. A comunicação continua após a chegada dos alunos, com encontros presenciais para responder dúvidas e oferecer suporte, inclusive conectando-os a outros departamentos da universidade. Além disso, são designados tutores, que são alunos veteranos da UnB, para ajudar os intercambistas em sua adaptação” (Servidora da INT).

Em entrevista, os participantes deste estudo destacaram que a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) desempenha um papel multifuncional, servindo como ponto de apoio tanto para questões acadêmicas quanto para aspectos práticos da vida universitária. O atendimento é realizado em diversos idiomas, principalmente inglês e espanhol.

Foi ressaltado que a Universidade de Brasília (UnB) se mantém receptiva e empenhada em acolher estudantes internacionais, promovendo iniciativas para facilitar sua integração e ingresso, um dos princípios fundamentais da internacionalização. No entanto, após a chegada dos estudantes, persistem desafios, especialmente para aqueles que não dominam o português, o que pode dificultar sua experiência acadêmica e social.

Quando questionada sobre as principais lacunas no atendimento, a entrevistada mencionou que o suporte oferecido pela universidade ainda é limitado e carece de mais estrutura para atender plenamente às demandas dos estudantes internacionais.

“Existem assistentes sociais e psicólogos que ajudam, mas eles também dependem de um esforço institucional para implementar soluções eficazes. A UnB deve definir critérios claros e estratégicos sobre o público-alvo de seus programas de acolhimento, garantindo que as expectativas e as necessidades dos estudantes sejam alinhadas com o que a universidade pode oferecer. É importante que a comunicação sobre os recursos e serviços fora da universidade, como acesso à justiça e serviços públicos, seja clara para que os estudantes saibam onde buscar ajuda” (Servidora da INT).

A servidora entrevistada destacou primeiramente, que muitos estudantes não compreendem o papel da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), enxergando-a como um órgão responsável pelo acolhimento e integração. Para alguns, a secretaria deveria oferecer um suporte mais abrangente e receptivo, além de fornecer informações mais precisas para auxiliá-los na resolução de dúvidas.

No entanto, conforme identificado na entrevista, o papel da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) é bem definido. A secretaria é responsável pelo acompanhamento e

orientação apenas dos estudantes de intercâmbio vinculados a convênios estabelecidos pela universidade, quando esses acordos exigem tais serviços.

Outro ponto relevante abordado foi a disponibilidade de materiais em outros idiomas. Foi explicado que a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) possui apenas um guia informativo sobre os serviços oferecidos. Quando questionado sobre a possibilidade de alguns estudantes não compreenderem inglês, a entrevistada afirmou que, nesses casos, a secretaria realiza a tradução do material ou dos esclarecimentos necessários e os envia por e-mail.

A entrevistada também evidenciou a ausência de um atendimento centralizado para os estudantes internacionais, sendo esse um problema operacional. Além disso, foi destacada a dificuldade de comunicação entre os diferentes setores da universidade, o que compromete a prestação de um atendimento mais dinâmico e especializado para esse público.

A servidora entrevistada ressaltou a necessidade de a própria instituição definir com mais clareza o perfil de estudantes internacionais que deseja atrair. Como forma de aprimorar o atendimento, sugeriu que a universidade adote estratégias mais consistentes e centralizadas, possibilitando que a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) responda melhor às demandas e especificidades desse grupo de estudantes.

6.2. Secretaria de Direitos Humanos (SDH)

Com relação à Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em entrevista com o servidor, foi destacado que, no que tange à atenção aos estudantes internacionais, o setor dedica-se a acolher os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), um dos perfis de estudantes que foram mapeados. O servidor comentou que a secretaria atende vários grupos de estudantes em situação de vulnerabilidade social, mas o foco principal são os estudantes do Convênio de Graduação (PEC-G).

“[Quando] comecei a trabalhar na secretaria eu percebi que, na época, não havia um cuidado específico com o acolhimento desses alunos. Basicamente, fazíamos apenas a seleção para a bolsa oferecida pelo MEC, sem um acompanhamento mais próximo. Aos poucos, desenvolvi procedimentos para receber os alunos, ouvi-los e acompanhá-los durante a graduação, ajudando-os com as dificuldades que enfrentavam e buscando apoio quando necessário” (Servidor da SDH).

“Iniciei com o programa PEC-G, que na época não tinha um trabalho estruturado. Fazia uma espécie de triagem, conversava com os estudantes e oferecia orientação, ainda que limitada pelo meu conhecimento. Quando enfrentavam problemas de moradia, dava sugestões; se o problema era acadêmico, conversava com os coordenadores ou professores. Em casos de dificuldades psicológicas, encaminhava para psicólogos ou psiquiatras, buscando ajuda externa se necessário. Esse acompanhamento trouxe uma mudança significativa no desempenho acadêmico dos estudantes. Antes, a UnB recebia cerca de duas bolsas de mérito do Itamaraty por ano. Em três anos, após iniciarmos esse trabalho de acolhimento, passamos a receber 24 bolsas por ano, tornando-nos a universidade brasileira com mais bolsas, mesmo tendo menos alunos em comparação a outras instituições” (Servidor da SDH).

Conforme mencionado em entrevistas, o servidor destaca que as iniciativas de acolhimento implementadas na Universidade de Brasília (UnB) transformaram a experiência dos estudantes do Convênio PEC-G, promovendo uma relação mais positiva com a instituição. Anteriormente, eram comuns reclamações e manifestações por parte desses estudantes. A atuação no acolhimento evidenciou a importância desse tipo de apoio e seu impacto positivo na trajetória acadêmica e pessoal dos alunos.

Após anos de trabalho na consolidação dessas iniciativas, a universidade decidiu transferir a gestão do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para o Decanato de Graduação (DEG). No entanto, essa decisão foi considerada inadequada, pois o DEG não tem como foco o acolhimento e carece de profissionais capacitados para essa função. Como

previsto, a mudança não trouxe os resultados esperados. Diante desse cenário, foi sugerida à reitora a criação de um setor específico para o acolhimento de estudantes internacionais na Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Diferentemente de outras coordenações voltadas para questões raciais e indígenas, o setor internacional foi criado sem uma estrutura robusta, sendo composto por apenas uma pessoa.

Até o momento da entrevista (2024), o atendimento estava restrito aos alunos do Programa PEC-G, devido à limitação de recursos humanos e institucionais. Em casos específicos, é realizada uma avaliação inicial, e os estudantes são encaminhados, conforme necessário, ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). No âmbito acadêmico, busca-se intermediar diálogos com coordenadores e identificar tutores ou professores orientadores, considerando que muitos estudantes, especialmente africanos, veem os docentes como figuras de autoridade intocáveis, o que pode dificultar a busca por apoio.

Além disso, constatou-se que muitos alunos enfrentam dificuldades de adaptação cultural, incluindo episódios de racismo, algo que não haviam vivenciado em seus países de origem. Essa nova realidade exige um acompanhamento atento e especializado. Relatos de discriminação, como a exclusão de atividades em grupo por parte de colegas, representam um desafio significativo para esses estudantes. Para mitigar essas dificuldades, o servidor menciona que busca envolver veteranos que possam oferecer suporte e contribuir para um ambiente mais acolhedor. No entanto, as limitações institucionais dificultam a ampliação desse apoio, e muitas vezes as soluções acabam passando por processos burocráticos que retardam as respostas às demandas.

A questão do acolhimento também se estende à análise de processos administrativos. É fundamental que a Universidade de Brasília (UnB) leve em consideração as dificuldades enfrentadas pelos alunos internacionais, adotando uma interpretação mais abrangente das normativas, pautada na equidade e na complexidade das situações. Em síntese, há muito a ser aprimorado no que diz respeito ao acolhimento e suporte oferecido a esses estudantes na UnB.

“É fundamental escolher profissionais com esse perfil para trabalhar nos setores de acolhimento. Não importa se alguém tem pós-doutorado ou especialização em uma área específica; se não for uma pessoa acolhedora, que se importa genuinamente com esses alunos, não conseguirá transmitir esse acolhimento de maneira eficaz. O aluno, nesse caso, se sentirá mal, o que comprometeria o processo de humanização da instituição” (Servidor da SDH).

Como sugestão para aprimorar o acolhimento, o servidor mencionou a importância da criação de uma Casa do Estudante Internacional, um espaço destinado ao encontro, à troca de experiências e ao compartilhamento de conhecimentos sobre Brasília e a cultura brasileira entre os estudantes internacionais. Além de beneficiar os alunos estrangeiros, esse ambiente também possibilitaria que os estudantes brasileiros ampliassem sua compreensão sobre diferentes culturas, promovendo uma convivência mais integrada e enriquecedora.

Outro ponto destacado foi a falta de informação. Muitos estudantes internacionais chegam à universidade sem saber que há um setor disponível para orientá-los e fornecer as informações necessárias para sua adaptação. O servidor argumenta que, se a instituição estruturasse melhor esse setor, transformando-o em um espaço de referência para acolhimento, o impacto positivo se estenderia não apenas aos alunos, mas também aos pesquisadores internacionais, especialmente aqueles que vêm ao Brasil para realizar pós-doutorado ou desenvolver pesquisas. Segundo sua observação, esse grupo é um dos que mais necessita desse tipo de suporte, enquanto aqueles que já estão há mais tempo na instituição geralmente possuem maior familiaridade com o país e suas dinâmicas acadêmicas e sociais.

6.3. Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS)

No que se refere à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), esse setor desempenha um papel fundamental na compreensão das políticas de assistência estudantil vigentes na Universidade de Brasília (UnB). Ao entrevistar estudantes internacionais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, ficou evidente que os programas de assistência são essenciais para garantir sua permanência na instituição.

Para aprofundar essa questão, foi entrevistada uma assistente social com o objetivo de compreender o perfil dos estudantes internacionais que solicitam assistência estudantil. Quando questionada sobre o processo de acolhimento desses alunos, a assistente social relatou que:

“Eu não sou assistente social de referência para atender estudantes estrangeiros. Se tiver uma condição de grande necessidade eu atendo. Na pós-graduação, todas nós atendemos, é uma demanda do serviço, e temos um número significativo de estudantes estrangeiros. Dentro dessa demanda, temos estudantes do convênio PEC-G, que é a maioria, e que já enfrentam muitos problemas, principalmente os de pós-graduação. Esses programas já acolhem estudantes de outros países, e, para esses casos, podemos realizar uma avaliação socioeconômica, além de acessar programas específicos para pós-graduação e para estudantes refugiados” (Servidora da DDS).

Entre os perfis dos estudantes atendidos, a servidora mencionou que, recentemente, tem recebido poucos estudantes refugiados. Durante a entrevista, também foi abordada a questão da avaliação socioeconômica.

“As avaliações são feitas de forma aleatória, distribuídas entre os assistentes sociais. Nesse semestre, em específico, alguns estudantes são encaminhados, mas tudo é organizado de acordo com a planilha, sem uma referência profissional específica. Se houver uma demanda espontânea e a situação social do estudante se agravar, é possível dar prioridade a ele, facilitando o acesso aos programas. Porém, isso não é comum. A distribuição é feita pela ordem da planilha” (Servidora da DDS).

Com relação aos estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), a servidora observou que eles contam com uma rede de apoio e uma estrutura de acolhimento dentro da Universidade, por meio da Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Além disso, destacou-se durante a entrevista que, ao contrário de outros grupos, esses estudantes possuem uma rede de suporte bastante sólida entre si, na qual africanos e latino-americanos se ajudam mutuamente. Quando questionada sobre o perfil e a nacionalidade desses estudantes, a servidora mencionou que já atendeu estudantes de diversas nacionalidades.

“Alguns vieram de países africanos como Gana, Angola, Moçambique, e da América do Sul, como Colômbia e Venezuela. Uma das maiores dificuldades que eles enfrentam é a barreira linguística. Já atendi estudantes que não falavam português, mas, como estamos falando de pós-graduação, a gente busca soluções para isso. No caso dos estudantes que não falam português, por exemplo, recorremos a colegas que dominam o francês ou, em alguns casos, um estagiário que falava bem a língua inglesa, o que facilitava bastante. Mas, infelizmente, essa assistência nem sempre está disponível” (Servidora da DDS).

Quanto à estrutura de atendimento, a servidora relata que não há um setor específico dedicado ao atendimento de estudantes internacionais, embora a instituição tenha tentado implementar algumas estratégias para melhorar a inclusão desses alunos.

“Em situações mais graves, podemos solicitar intérpretes, mas isso é algo raro. Geralmente, o próprio estudante, com o apoio de colegas ou professores, consegue superar essa dificuldade linguística. Mas o acompanhamento de um coordenador ou de alguém mais experiente ajuda bastante” (Servidora da DDS).

Quanto às queixas dos estudantes, as principais dificuldades relatadas dizem respeito à moradia e à segurança alimentar:

“Alguns vêm de estados ou países onde a situação socioeconômica é bem difícil, e, ao chegar aqui, muitas vezes não têm uma rede de apoio. Já atendi um estudante, por exemplo, que migrou para o Brasil e, depois de passar por Mato Grosso, conseguiu ingressar na Universidade aqui, mas chegou sem nada, sem sequer recursos financeiros para se sustentar. Ele foi acolhido por uma igreja, mas estava enfrentando insegurança alimentar e sem nenhuma renda. Nossa busca é sempre apoiar esses estudantes da melhor forma possível, mas nossos programas têm limitações. Embora tenhamos o auxílio emergencial, o processo não é imediato. Às vezes, leva até 20 dias ou um mês para que o apoio seja efetivamente concedido, e a situação fica muito difícil para esses estudantes nesse período” (Servidora da DDS).

Durante a entrevista, a servidora destacou que a alimentação é um ponto crítico para os estudantes. Quando os estudantes internacionais em situação de vulnerabilidade aguardam a avaliação socioeconômica, a situação tende a se agravar. Nesses casos, uma das alternativas é tentar antecipar a avaliação, mas isso depende da disponibilidade dos fluxos do sistema, o que nem sempre ocorre de forma ágil ou conforme a necessidade dos estudantes. Em relação ao apoio financeiro e à moradia, não é possível antecipar a avaliação, pois esses benefícios são concedidos exclusivamente por meio de edital.

“Não há como o estudante acessar o programa de moradia diretamente. A vaga está disponível na Casa do Estudante para graduação e pós-graduação, através de um edital específico que é lançado anualmente, geralmente no início de cada semestre. A pessoa precisa atender aos critérios do edital. Para graduação, a vaga é na Casa do Estudante, e para pós-graduação, existe o auxílio pecuniário. Todos os programas exigem avaliação” (Servidora da DDS).

Em relação ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), existe uma reserva de vagas. A servidora explicou que, quando o programa foi criado, havia um edital

específico, mas essa abordagem foi alterada nos últimos anos. Atualmente, os estudantes do PEC-G participam do processo seletivo junto com os demais candidatos, o que resultou em um aumento no número de estudantes atendidos. Quando questionada sobre se todos os estudantes são atendidos, a servidora afirmou que não há lista de espera.

"Há casos em que não conseguimos oferecer vagas, especialmente quando não há edital aberto e o estudante está em situação de vulnerabilidade, sem rede de apoio no país. Nesses casos, não temos uma política específica para encaminhá-los para outras formas de apoio. Alguns estudantes acabam se abrigando em lugares improvisados, como igrejas, até conseguir um lugar adequado. Mas, de forma geral, muitos estudantes já chegam com alguma rede de apoio, seja por meio de amigos ou de conhecidos de seu país de origem. Essa rede de apoio facilita muito a adaptação" (Servidora da DDS).

Em relação às melhorias possíveis para atender os estudantes internacionais em situação de vulnerabilidade social, a assistente social destaca que o processo deveria ser mais ágil, especialmente no que se refere a questões de moradia. Sugere-se, ainda, a implementação de uma política institucional de acolhimento mais imediata, como a oferta de apartamentos de trânsito ou outros programas de apoio.

Quanto ao diálogo com outros setores, a assistente social considera que essa colaboração seria essencial para a criação de políticas mais eficazes, levando em conta as especificidades dos estudantes internacionais. Segundo a servidora, o foco deveria ser em uma política mais integrada, envolvendo a colaboração entre todos os setores responsáveis.

Ao ser questionada sobre as políticas vigentes da Universidade de Brasília (UnB), a servidora reconhece que elas são positivas, especialmente no que diz respeito à internacionalização e ao acolhimento de estudantes de diversas partes do mundo. No entanto, ela ressalta que é necessário aprimorar as políticas de permanência desses estudantes, pois muitos enfrentam dificuldades acadêmicas devido à barreira do idioma e às diferenças na base educacional de seus países de origem. Como resultado, muitos não conseguem avançar em seus cursos, enfrentando reprovações e dificuldades de adaptação. Uma das medidas sugeridas para solucionar esse problema é a retomada dos programas de tutoria acadêmica, que seriam fundamentais para apoiar esses estudantes em sua adaptação e para garantir seu sucesso acadêmico.

6.4. Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)

Após entrevistar discentes e mapear os setores que os estudantes identificaram como principais meios de busca por acolhimento ou atendimento no que se refere ao acesso à assistência social, pretende-se, nesta seção, discutir a possibilidade de um rearranjo nos processos de acolhimento e integração desses estudantes. A ênfase recai especialmente sobre aqueles com *status* de refugiado, imigrante e apátrida na Universidade de Brasília (UnB).

Até o momento, compreendeu-se que, embora os estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-G) manifestem o desejo de um setor específico para acolhimento e integração, com o objetivo de melhorar as condições de atendimento, a Universidade de Brasília (UnB) designou a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) para essa função, sendo que um de seus servidores se encarrega desse acolhimento.

Por outro lado, a entrevista com a Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) revelou que este setor possui um perfil de atendimento mais direcionado, focado exclusivamente em estudantes em mobilidade acadêmica de curto prazo. Embora não se neguem a fornecer informações institucionais, a responsabilidade da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT) restringe-se a esse grupo específico.

Diante desse contexto, abre-se um debate sobre as possibilidades e, sobretudo, as potencialidades que a universidade oferece para a construção de um plano de institucionalização do acolhimento e integração para estudantes internacionais. Para aprofundar essa discussão, foi realizada uma entrevista com uma professora responsável pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), a fim de compreender o papel da iniciativa nesse processo.

Para iniciar a entrevista, foi perguntado o que é a Cátedra e qual o seu papel dentro da Universidade de Brasília (UnB). Na entrevista, a entrevistada explicou que a Cátedra leva o nome de Sérgio Vieira de Mello (CSVM), um diplomata brasileiro, que foi o representante do Alto Comissário do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Iraque, onde faleceu após um ataque de bomba. No Brasil, a Cátedra tem se destacado pelos seus feitos e, segundo a entrevistada da instituição tem pretensão de expandir para outros países.

“Devido ao sucesso da iniciativa, estão se expandindo para outros países. Inclusive, daqui a duas semanas, o atual Alto Comissário do ACNUR virá à UnB para uma visita. Estou organizando esse encontro e reunindo professores e discentes refugiados para participar da recepção” (Representante da Cátedra na UnB).

Na entrevista, com foco exclusivo na Universidade de Brasília (UnB), foi questionado sobre os trabalhos em andamento. Mencionou-se que a Cátedra está em processo de transição, o que tem gerado diversos desafios. No entanto, a principal iniciativa até o momento tem sido o mapeamento de docentes que trabalham com a temática dentro da universidade.

“Além de reunir professores que trabalham com a temática, estou estruturando um plano de trabalho com as estagiárias para fortalecer a articulação institucional da Cátedra. Uma das dificuldades encontradas foi o preenchimento do relatório anual solicitado pelo ACNUR. A Cátedra não estava organizada de maneira a permitir um trabalho coletivo nesse sentido, e a obtenção de informações dentro da UnB tem sido um grande desafio” (Representante da Cátedra na UnB).

“Por exemplo, não há dados acessíveis sobre estudantes refugiados. Essas informações não são de fácil acesso, quando chega o momento de preencher o relatório, temos um prazo muito curto para reunir os dados e informações” (Representante da Cátedra na UnB).

Outro ponto destacado, além do acesso a informações sobre estudantes internacionais, especialmente refugiados, é a necessidade de estruturar melhor os processos de ingresso desses estudantes na Universidade. Comentou-se que a Cátedra tem recebido um número crescente de pedidos de refugiados interessados em se matricular, tanto na graduação quanto na pós-graduação. No entanto, foi ressaltado que não há um fluxo claro dentro da universidade para atender a essa demanda.

Em diversas tentativas de auxiliar esses estudantes, os setores responsáveis demonstraram desconhecimento ou falta de informações precisas sobre os procedimentos necessários. Diante desse cenário, pretende-se desenvolver um guia detalhado com os protocolos e procedimentos essenciais para que refugiados possam ingressar na instituição de forma mais acessível e eficiente.

“Essa falta de clareza também se reflete nos documentos oficiais da UnB. O site da universidade afirma que refugiados precisam de um documento do CONARE para acessar vagas, mas o CONARE não emite nenhuma comprovação de escolaridade. Se um refugiado sai às pressas do seu país sem conseguir recuperar seu diploma, e se o país de origem se recusa a fornecer esse documento, ele fica impedido de acessar o ensino superior” (Representante da Cátedra na UnB).

Perguntada sobre a possibilidade de a Cátedra acolher os estudantes, foi destacado que a própria instituição tem mecanismos próprios para isso e que a Cátedra em si não tem essa autonomia ou papel. O que poderia ser feito é uma articulação com esses setores para encaminhar os estudantes caso precisem e caso procurem a Cátedra. Sobre desenvolver outras formas de integração dentro da instituição para esse perfil de estudante foi comentado a possibilidade de organizar eventos.

“ [...] acho que durante a Semana Universitária sempre devemos garantir um espaço para essa iniciativa. Além disso, há outras oportunidades em que podemos criar sinergia com os professores de diferentes programas. Quando há eventos, os docentes naturalmente buscam a colaboração de outros colegas, então essa troca já está acontecendo de certa forma. Mas, claro, precisamos avaliar o tempo e as possibilidades de concretizar essas ações, porque, na prática, há muitos desafios” (Representante da Cátedra na UnB).

A Cátedra é uma das várias atividades em que os professores estão envolvidos, não sendo sua única responsabilidade. Nesse sentido, destaca-se que os recursos disponíveis para a realização de atividades e eventos são limitados.

Além disso, foi ressaltado que há pelo menos um ano busca-se uma nomeação formal para o cargo atualmente ocupado. Também foi mencionada a articulação em andamento para garantir a existência de um documento que comprove o envolvimento dos docentes no projeto. Esse registro é considerado essencial tanto para fortalecer o engajamento dos docentes quanto para contribuir com sua progressão na carreira acadêmica.

“ Atualmente, a Cátedra não conta com recursos próprios. Tudo o que fazemos é por dedicação pessoal, sem apoio financeiro. Minha única satisfação com esse trabalho é moral, porque, até o momento, não há outra forma de reconhecimento” (Representante da Cátedra na UnB).

Em seguida, foi questionada a possibilidade de traduzir documentos e criar guias para orientar estudantes internacionais, imigrantes, refugiados e apátridas dentro da Universidade. Esses materiais conteriam informações sobre serviços, direitos e a estrutura dos setores acadêmicos e administrativos. No entanto, destacou-se que as traduções são complexas. Embora muitos estudantes estejam dispostos a colaborar, é sempre necessário que um professor revise o material. O desafio é que essa revisão demanda tempo, e os professores não são remunerados por esse trabalho.

“ [...] tenho negociado contrapartidas. Por exemplo, no caso da tradução para crioulo haitiano, tenho uma discente que atua como intérprete foi contemplada com um estágio. Também busco garantir que os estudantes envolvidos na tradução sejam devidamente creditados nos materiais” (Representante da Cátedra na UnB).

Para viabilizar a tradução de materiais com alta qualidade e atender ao público de refugiados, estudantes internacionais, imigrantes e apátridas, foi mencionada a possibilidade de, a longo prazo, criar uma empresa júnior ou uma incubadora dentro da instituição. Essa iniciativa permitiria a realização de serviços pagos, bem como a oferta de traduções gratuitas ou

subsidiadas para demandas sociais, garantindo uma fonte de renda para os alunos e reduzindo a dependência do voluntariado.

Outro ponto de melhoria sugerido foi a criação de sinergias entre diferentes projetos que trabalham com a temática das migrações. Essa integração facilitaria não apenas o acolhimento dos estudantes, mas também a coleta de informações e a implementação de melhorias em termos de políticas institucionais. Além disso, propôs-se a disponibilização de documentos e informações de forma clara e acessível para esse público, garantindo maior autonomia e conhecimento dos processos acadêmicos e administrativos.

Como a Cátedra ainda está em fase de estruturação, discutiu-se também a criação de um e-mail institucional específico para o atendimento de demandas. Esse canal serviria para orientar estudantes que chegam até a Cátedra como a primeira referência no acolhimento e suporte a esse público dentro da universidade.

6.5. Projeto INTEGRA

Na busca por políticas de integração, encontrou-se um recente projeto de extensão voltado para a integração dos estudantes internacionais na Universidade de Brasília (UnB). O projeto de extensão INTEGRA, vinculado à Faculdade de Direito (FD), surgiu a partir da inspiração de uma de suas idealizadoras, que teve a experiência de um intercâmbio acadêmico na Bélgica.

Em entrevista com uma das integrantes do projeto, questionou-se sobre como ele se constituiu, dado que surgiu de uma experiência pessoal. Explicou que, como idealizadora e responsável pelo projeto, durante sua graduação observou que os estudantes internacionais, especialmente os do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), frequentemente não eram incluídos nas turmas. Essa percepção a motivou a desenvolver pequenas ações de integração dentro do curso de Direito, com o objetivo de aproximar esses estudantes da comunidade acadêmica.

“Na Bélgica, tive contato com diversas iniciativas de recepção a estudantes internacionais, identificando tanto pontos positivos quanto desafios. Uma diferença marcante foi que lá o acolhimento é institucionalizado, enquanto na UnB ele ainda depende de iniciativas isoladas e da atuação limitada de setores como a Secretaria de Direitos Humanos, que dispõe de poucos servidores para essa demanda” (Integrante do projeto INTEGRA).

Já de volta à Universidade de Brasília (UnB), após o lançamento do edital de extensão de 2024, entrou em contato com uma professora com quem já havia trabalhado em projetos anteriores, que apoiou a ideia de submeter a proposta. O projeto foi aprovado e está em vigor desde 2024. Na entrevista, foi questionada sobre as atividades realizadas pelo projeto, as demandas que surgem e os resultados alcançados.

“Nosso objetivo vai além da organização de eventos de integração, que consideramos fundamentais. Também buscamos a institucionalização do acolhimento a estudantes imigrantes, refugiados e apátridas na UnB, pois acreditamos que esse apoio deveria ser uma política da própria universidade e contar com mais recursos financeiros. Atualmente, a única verba disponível é a bolsa de extensão, sem orçamento específico para as atividades do projeto” (Integrante do projeto INTEGRA).

Como referência, mencionou que, na Bélgica, existia um programa chamado *Erasmus Student Network* (ESN), presente em diversos países da Europa. O programa promovia

atividades de integração, como passeios e eventos sociais, aproveitando parcerias com estabelecimentos locais. Um exemplo era um evento de patinação no gelo com desconto para os participantes. Também organizavam encontros em bares, onde a primeira bebida já estava incluída. Essas ações fortaleciam a rede de contatos entre os estudantes internacionais, criando um ambiente mais acolhedor. No entanto, comentou que, embora o projeto oferecesse integração, faltavam espaços para debates e para o aprofundamento das experiências e desafios enfrentados pelos estudantes internacionais.

Ainda em Liège, mencionou que conheceu outro projeto voltado para estudantes internacionais, mas que abrangia imigrantes de maneira geral. O projeto contava com financiamento do governo belga e de outras entidades para seu funcionamento e possuía uma sede em uma área central da cidade. Quando questionada sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto, explicou que estas incluíam grupos de conversação em diferentes idiomas, oficinas culturais e eventos diversos.

“Um ponto crítico que percebemos foi a predominância de europeus na gestão desses projetos. Embora fossem iniciativas voltadas para imigrantes, a perspectiva adotada ainda carregava um olhar colonial, no sentido de definir unilateralmente como a integração deveria ocorrer. Faltavam discussões mais políticas sobre a vivência migratória, especialmente sobre questões raciais, que pareciam pouco abordadas nos espaços que conhecemos” (Integrante do projeto INTEGRA).

Na entrevista, destaca-se que a Universidade de Liège oferece aos estudantes internacionais um acolhimento interno e institucionalizado, mesmo com uma equipe reduzida, composta por cerca de quatro servidores. Salienta-se que, apesar das limitações, é possível fornecer um suporte institucionalizado, ainda que com recursos limitados.

Quando questionada sobre a estrutura do projeto, seu funcionamento e o processo para participação, comentou que o projeto ainda está em processo de estruturação, pois é relativamente novo.

“Inicialmente, estruturamos o projeto com base na proposta submetida ao edital, mas fomos ajustando a organização interna conforme as atividades aconteciam. Atualmente, temos uma coordenação de eventos, que cuida das diferentes etapas: planejamento, execução e acompanhamento pós-evento. [...] O maior desafio continua sendo a luta pela institucionalização do acolhimento na UnB e a busca por mais apoio financeiro, para que a recepção a estudantes imigrantes seja um compromisso permanente da universidade, e não apenas uma iniciativa isolada de projetos de extensão” (Integrante do projeto INTEGRA).

Perguntada sobre a possibilidade de gerar dados dentro do projeto, considerando que ele é a porta de entrada para a integração dos estudantes, foi abordada a ideia de registrar a frequência desses alunos. A proposta seria, posteriormente, utilizar esses dados para embasar políticas

internas e fornecer evidências para o desenvolvimento do projeto, especialmente considerando a falta de apoio financeiro e institucional.

“[...] queríamos entender quem eram esses alunos, pois não tínhamos dados suficientes sobre eles. Havia muitos aspectos que não conhecíamos [...] criamos um formulário para coletar informações sobre os estudantes internacionais” (Integrante do projeto INTEGRA).

Em relação à produção de dados e evidências, mesmo com a criação do formulário, ainda não foi possível construir uma base de informações que possibilite uma análise mais detalhada. Devido à falta de dados registrados, foi questionada, com base na percepção da integrante, se havia mais homens do que mulheres e quais nacionalidades estavam mais presentes. Contudo, devido à ausência de registros, não foi possível fornecer uma resposta precisa. Segundo a integrante, essa é uma iniciativa que poderia ser implementada no futuro dentro do projeto, a fim de realizar esses registros.

“[...] ainda não conseguimos registrar essas informações. Isso, inclusive, é algo que pretendo discutir nas próximas reuniões, pois percebemos que não temos esses dados. Por exemplo, se um aluno se inscreveu no evento, em um evento que exige inscrição, geralmente coletamos informações básicas como país de origem e idioma, mas não armazenamos isso de forma sistemática. Seria muito importante ter esses dados” (Integrante do projeto INTEGRA).

Por se tratar de um projeto novo e com recursos financeiros limitados, atualmente há apenas uma bolsa, destinada a um único integrante. Parte das atividades é desenvolvida com os próprios recursos dos membros do projeto. Diante disso, surgiram algumas questões que se pretende discutir dentro do projeto, especialmente por se considerar o acolhimento como uma política fundamental para os estudantes internacionais.

Em síntese, o projeto INTEGRA, assim como outros projetos de extensão voltados para a comunidade interna e externa da universidade, tem um grande potencial para promover transformações sociais. No entanto, como foi mencionado, o projeto enfrenta dificuldades em desenvolver atividades de integração devido à escassez de recursos, além de estar ainda em fase inicial e necessitar de uma estruturação mais sólida.

Apesar disso, é evidente a necessidade de um trabalho conjunto, no qual a universidade deve promover a integração e o acolhimento como uma política institucionalizada, utilizando seus recursos para garantir o bem-estar dos estudantes. Além disso, o projeto tem mostrado potencial para a geração de dados relevantes. Por ser uma iniciativa que já realiza o cadastro dos estudantes, seria interessante iniciar um processo de registro dessas informações e criar um banco de dados que permita a análise do perfil dos estudantes, como gênero, nacionalidade, se

fazem parte de algum convênio, e se são estudantes em mobilidade, imigrantes, refugiados ou apátridas, entre outras categorias de análise. O projeto, portanto, apresenta possibilidades além de sua atuação atual, que se concentra na promoção de eventos.

E conclusão, a entrevista realizada com o projeto INTEGRA evidencia a importância de iniciativas de extensão voltadas para a integração de estudantes internacionais no ambiente universitário, sobretudo diante da ausência de uma política institucionalizada de acolhimento na Universidade de Brasília (UnB). Ainda que recente e com recursos limitados, o projeto demonstra potencial para contribuir não apenas na promoção de atividades culturais e de integração, mas também na produção de dados relevantes sobre esse público, o que poderia subsidiar a formulação de políticas mais adequadas às suas demandas. As experiências compartilhadas pela integrante entrevistada ressaltam a necessidade de a universidade assumir um compromisso permanente com o acolhimento, ampliando o investimento financeiro e reconhecendo essas ações como parte de suas responsabilidades institucionais.

Além disso, a comparação com iniciativas estrangeiras, como as da Bélgica, permite refletir sobre os limites e possibilidades de modelos de integração e sobre a urgência de incluir perspectivas críticas e interseccionais no debate sobre migração e vivências estudantis. Nesse sentido, o INTEGRA se apresenta como um espaço estratégico não apenas para ações pontuais, mas também para o fortalecimento de uma rede institucional e para a construção de uma base de dados que permita compreender melhor o perfil, as trajetórias e as necessidades dos estudantes internacionais, ampliando o impacto de suas atividades e reforçando o papel social da universidade.

No capítulo a seguir, apresento uma análise dos resultados obtidos para essa monografia. Este material reúne as principais percepções e relatos dos estudantes internacionais, migrantes, refugiados e apátridas, bem como dos servidores e representantes institucionais que entrevistei, evidenciando as práticas de acolhimento, os desafios enfrentados e as lacunas existentes na Universidade de Brasília (UnB) no que se refere à inclusão e integração desses estudantes. Além disso, exponho os pontos críticos observados em cada setor responsável pelo atendimento e as recomendações sugeridas pelos entrevistados para o aprimoramento das políticas institucionais, com o objetivo de promover um ambiente universitário mais inclusivo.

7. CONCLUSÃO

Nesta monografia, investiguei as políticas de acolhimento e integração existentes na Universidade de Brasília (UnB) voltadas para estudantes em mobilidade internacional e imigrantes. Inicialmente, o estudo propôs a realização de entrevistas com estudantes internacionais, imigrantes, refugiados e apátridas, utilizando uma abordagem qualitativa. Para isso, elaborou-se um roteiro de perguntas direcionado à percepção e à vivência desses estudantes na instituição, com foco em duas categorias fundamentais: acolhimento e integração.

Durante a pesquisa de campo, a técnica de amostragem bola de neve foi empregada com sucesso, permitindo a interação com estudantes em mobilidade acadêmica por meio de convênios, participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e imigrantes que ingressaram na Universidade de Brasília (UnB) por outros processos seletivos internos. No entanto, não foi possível entrevistar estudantes refugiados e apátridas, o que se tornou um ponto de desdobramento futuro da pesquisa. Considerando que a universidade possui políticas de acesso à educação para refugiados na graduação, seria academicamente relevante compreender a percepção desse grupo sobre o acolhimento institucional.

Outro objetivo do trabalho foi entrevistar atores-chave responsáveis pelas políticas de assistência social e atendimento aos estudantes mencionados. A partir das entrevistas com os discentes, foram identificados os principais agentes institucionais envolvidos nesse processo. Assim, buscou-se entrevistar representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), com o objetivo de compreender tanto o suporte oferecido aos estudantes, em termos de fornecimento de informações e auxílio no acesso a benefícios de permanência, quanto as dificuldades enfrentadas, particularmente no que diz respeito à assistência com alimentação e moradia. Essa etapa foi bem-sucedida, permitindo identificar políticas existentes, lacunas e possíveis estratégias de aprimoramento para o acolhimento desses estudantes.

Por fim, buscou-se analisar em profundidade as políticas institucionais vigentes. Os relatos dos estudantes internacionais e imigrantes, especialmente daqueles vinculados ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), evidenciaram uma forte dependência de redes

informais de apoio, como veteranos e colegas, para suprir lacunas no acolhimento institucional. Embora essas redes sejam fundamentais, elas não substituem a necessidade de uma estrutura formal bem definida. Muitos estudantes relataram dificuldades relacionadas à burocracia no acesso a benefícios essenciais, como alimentação e moradia, além da falta de informações claras e acessíveis sobre os programas existentes dentro da instituição.

A situação mostrou-se particularmente crítica para estudantes de pós-graduação e para aqueles sem bolsas de estudo, que enfrentam maior vulnerabilidade econômica e emocional. O elevado custo de vida em Brasília e a ausência de um suporte institucional robusto agravam essas dificuldades. O estudo revelou que muitos desses estudantes acabam contraindo dívidas para manter-se no país e dar continuidade aos seus estudos. Os relatos indicam que grande parte dessas dívidas está relacionada a custos com moradia dentro da universidade e alimentação, sendo que muitos dependem do restaurante universitário para suas refeições diárias.

Outros pontos críticos destacados pelos estudantes incluem: a) acesso à alimentação; b) acesso à moradia; c) acesso à informação; d) enfrentamento de xenofobia e racismo; e) dívidas relacionadas à moradia e alimentação; f) falta de acolhimento por parte de alguns colegas de sala e professores; g) barreiras linguísticas com o português. Esses fatores demonstram a necessidade urgente de uma abordagem mais institucionalizada e eficaz para garantir a inclusão e o suporte adequado aos estudantes internacionais na Universidade de Brasília (UnB).

Nos relatos dos estudantes, identificou-se que as dinâmicas dentro das salas de aula frequentemente reforçam a exclusão implícita de internacionais. Estudantes imigrantes enfrentam barreiras linguísticas e culturais, agravadas por atitudes de alguns colegas brasileiros, que exigem uma incorporação da cultura brasileira para serem aceitos. A ausência de um ambiente inclusivo e receptivo também se reflete na falta de sensibilização para questões religiosas e culturais, como evidenciado por casos de desrespeito a práticas religiosas e outras formas de exclusão social.

Com relação à Secretaria de Assuntos Internacionais (INT), identificou-se que: a) Para muitos estudantes não está claro o papel da secretaria e quais são as suas frentes de atuação. Além disso, b) O acesso à informação foi apontado pelos estudantes como sendo insuficiente. Um ponto que aparece tanto na fala dos estudantes quanto dos servidores é: c) a ausência de um atendimento onde ambos os setores consigam dialogar entre si.

Em relação aos pontos de alerta que pôde ser observado nas entrevistas a respeito da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), primeiramente: a) A falta de estrutura é mencionada tanto pelo servidor quanto pelos estudantes. Identificou-se que o setor não tem muitos funcionários disponíveis para acolher todas as demandas desses estudantes. O que limita a capacidade de atendimento. Outro ponto, b) a falta de informação e comunicação. Esse tópico foi mencionado não diretamente pelo setor, mas foi observado a partir das queixas dos estudantes como a falta de empatia de alguns professores em lidar com algumas questões relacionadas aos estudantes internacionais. Os estudantes, por vezes, chegam sem nenhuma noção do funcionamento da instituição. Destacou-se nas falas que a instituição e o setor, principalmente, não possuem materiais informativos acessíveis para auxiliar esses estudantes. Por fim, foi destacado que: c) Os estudantes possuem dificuldades em se adaptar e são alvos frequentes por parte da comunidade acadêmica de práticas de racismo e exclusão social. E, ainda, foi sinalizado que d) os processos de acesso a políticas públicas são morosos e a falta de flexibilidade nas avaliações prejudicam os estudantes.

No que tange aos pontos de alerta da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), foi mencionado: a) que não existe um setor específico para atender exclusivamente estudantes internacionais, o que dificulta a implementação de políticas personalizadas e ágeis. Com relação a dois pontos de assistência estudantil: b) observou-se, por meio da entrevista, que muitos estudantes chegam em situação de extrema vulnerabilidade, sem rede de apoio ou recursos financeiros, enfrentando insegurança alimentar e dificuldades para acessar a moradia. Em decorrência dessa vulnerabilidade, constatou-se que: c) existe programas emergências dentro da instituição, mas até mesmo esses não são tão rápidos assim. Na entrevista, foi comentado que o tempo necessário para concluir a avaliação socioeconômica e efetivar o apoio financeiro pode chegar a 20 ou 30 dias, podendo agravar a situação dos estudantes que já se encontram em vulnerabilidade. Por fim, outro ponto a se destacar é: d) os programas de moradia e auxílio são limitados e restritos por edital, dificultando o acesso imediato de estudantes em situação de vulnerabilidade.

Após identificar os pontos de atenção ressaltados por cada entidade responsável pelo atendimento aos estudantes, ao final de cada entrevista, foram solicitadas recomendações para a criação ou aprimoramento das políticas de acolhimento. Compreende-se que, para promover

um acolhimento mais estruturado e humanizado na Universidade de Brasília (UnB), é essencial institucionalizar políticas específicas que atendam às necessidades dos estudantes.

Entre as iniciativas sugeridas, destaca-se a criação de um setor exclusivo para o acolhimento, composto por profissionais capacitados para oferecer suporte linguístico, cultural e administrativo. Além disso, a implementação da "Casa do Estudante Internacional" foi amplamente mencionada por estudantes e servidores como uma ação fundamental. Esse espaço físico de integração cultural e suporte mútuo facilitaria o diálogo entre estudantes internacionais e brasileiros, fortalecendo a inclusão e a troca de experiências.

Outras recomendações incluem o fortalecimento das redes de apoio dentro e fora da universidade, com parcerias institucionais que ampliem o suporte oferecido. A produção de materiais informativos em diferentes idiomas também foi apontada como essencial para facilitar a adaptação dos estudantes internacionais, garantindo acesso claro às informações sobre serviços acadêmicos, administrativos e culturais. Além disso, a ampliação do apoio psicológico e a promoção de iniciativas culturais contribuiriam para a superação de desafios como o racismo e as dificuldades de adaptação, promovendo o bem-estar e a integração desses estudantes.

No âmbito administrativo, é crucial revisar normativas para assegurar maior flexibilidade e equidade nos processos que envolvem estudantes internacionais. Além disso, a reativação de programas de tutoria acadêmica e a promoção de oficinas interculturais poderiam desempenhar um papel central na construção de um ambiente universitário mais inclusivo e acessível.

No que tange à integração, foram mapeados e entrevistados potenciais projetos já existentes dentro da instituição que podem contribuir com essa etapa, como a Cátedra Sérgio Vieira de Mello e o projeto de extensão INTEGRA. A partir das entrevistas, alguns pontos de atenção foram identificados: a) A ausência de nomeação formal de um(a) coordenador(a), bem como a falta de recursos próprios, fragilizam o papel da Cátedra no contexto da instituição; b) Para os profissionais envolvidos, especialmente docentes e pesquisadores, não há certificação de trabalho ou vínculo institucional com a Cátedra, o que dificulta o engajamento contínuo desses atores e de eventuais parceiros; c) A Universidade de Brasília (UnB) aparenta não dispor de fluxos institucionais claros e padronizados para o acolhimento e a integração desses estudantes; d) A burocracia documental representa uma barreira significativa tanto para o ingresso quanto para a permanência desses discentes; e) Embora a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) seja reconhecida como referência no tema, ela não possui um papel formal no processo de

acolhimento e integração, tampouco estrutura institucional ou recursos para assumir essa função de forma efetiva.

O projeto de extensão INTEGRA foi criado com o objetivo de promover a integração de estudantes em mobilidade internacional. Conforme identificado na entrevista, a iniciativa busca, essencialmente, ir além da realização de eventos pontuais, visando à institucionalização de uma política de acolhimento na Universidade de Brasília (UnB). Alguns pontos de atenção foram destacados: a) O projeto ainda se encontra em fase de estruturação e opera de forma adaptativa; b) A equipe é reduzida e há escassez de recursos financeiros, contando até o momento da entrevista (2024) com apenas uma bolsa de extensão disponível; c) Parte das atividades é custeada pelos próprios membros, o que dificulta a realização contínua e sistemática das ações; d) A Universidade de Brasília (UnB) ainda não possui uma política consolidada de acolhimento para estudantes internacionais; as ações existentes são isoladas e dependem de setores frequentemente sobrecarregados; e) Foi mencionada, como comparação, a Universidade de Liège, na Bélgica, que consegue promover um acolhimento institucionalizado mesmo com uma equipe reduzida; f) Há uma iniciativa inicial de coleta de dados por meio de formulários, mas ainda sem sistematização adequada ou a criação de um banco de dados consolidado.

De modo geral, o projeto apresenta potencial para gerar impacto institucional e social significativo. No entanto, para alcançar esse objetivo, é necessário avançar na estruturação organizacional, garantir financiamento específico, obter apoio institucional permanente e fortalecer a coleta e sistematização de dados, a fim de embasar políticas públicas universitárias voltadas a esse perfil de estudante.

Em conclusão, este estudo abre caminho para investigações futuras, especialmente no que se refere a perfis menos explorados, como imigrantes, refugiados e apátridas, e às políticas específicas voltadas a esse público. Outra possibilidade de aprofundamento envolve a análise das medidas adotadas pela universidade no combate à xenofobia e ao racismo, questões amplamente levantadas pelos estudantes, mas que foram pouco discutidas neste trabalho de conclusão de curso. Recomenda-se a coleta sistemática de dados sobre essa temática e a avaliação do andamento de processos relacionados a crimes de racismo e xenofobia dentro da instituição, sendo considerado um dos pontos menos explorados, mas que expressa preocupação por parte do perfil dos estudantes deste trabalho.

Além disso, torna-se fundamental discutir a institucionalização do acolhimento desde a chegada dos estudantes, garantindo acesso imediato à alimentação e à moradia. O fortalecimento das instâncias responsáveis por essas políticas, com a ampliação de recursos humanos e operacionais, também se mostra uma necessidade.

Por fim, este trabalho aponta desafios e propõe direções para aprimorar as políticas de acolhimento e integração, oferecendo subsídios para futuros estudos e para a construção de uma universidade mais receptiva e inclusiva para estudantes em mobilidade internacional, imigrantes, refugiados e apátridas.

8. REFERÊNCIAS

ACNUR. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello.** Disponível em: <https://www.acnur.org/br/o-que-fazemos/catedra-sergio-vieira-de-mello> Acesso em: 03.dez.2024.

ACNUR. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951,** 1954. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf Acesso em: 04.dez.2024.

ALMEIDA, Rogério Alves de Souza. **O aluno estrangeiro e a Universidade de Brasília: evidências de um ciclo virtuoso: uma análise de experiências na UnB.** 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Economia, Brasília, 2019.

ASSÍS, R. R.; [Et al.] **Direitos Humanos e repercussão à saúde de migrantes integrantes do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade de Brasília.** Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 14(3), 159-171 mai. 2021. Disponível em; <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/2874/2100> Acesso em: 03.dez.2024.

ASSUNÇÃO, Lúcia Maria da Graça Rabelo. **Inovação no processo organizacional da matrícula cortesia na Universidade de Brasília.** 2021. 72 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

BERTOLDO, Jaqueline. **Fronteiras da igualdade: direito à educação superior para imigrantes e refugiados(as) na UFSM.** 2020. f.167. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, 2020.

BOHRER, Iza N.; PUEHRINGER, J. O.; SILVA, D. S.; NAIRDOF, J. **A história das universidades: o despertar do conhecimento.** In: Anais da 14ª Jornada Nacional de Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 1-10, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática.** In: R. Ortiz (org.) Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ártica (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 46-81, 1983.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920 - Publicação Original.** Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União - Seção 1 de 10/09/1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html> Acesso em: 02.dez.2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 19.850, de 11 de abril de 1931 - Publicação Original.** Crêa o Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial - 15/4/1931, Página 5799. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 89.758, de 6 de Julho de 1984.** Dispõe sobre a matrícula de cortesia, em cursos de graduação, em Instituições de Ensino Superior, de funcionários estrangeiros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares de Carreira e Organismos Internacionais, e de seus dependentes legais, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/6/1984, Página 8098. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89758-6-junho-1984-439685-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 04.dez.2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei Nº 8.393, De 17 de dezembro de 1945.** Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/12/1945, Página 18926. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **LEI Nº 4.024, DE 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1961, Página 11429. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11923.htm#art11. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 89.758, de 6 de junho de 1984.** Regulamenta a concessão de refúgio no Brasil. Diário Oficial da União, 7 jun. 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89758-6-junho-1984-439685-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 04.dez.2024.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 27.fev.2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024.** Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio. Diário Oficial da União 16 de Fevereiro de 2024. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11923.htm#art11 > Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 7.948, de 12 de março de 2013.** Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Diário Oficial da União 13 de

Março de 2013. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm > Acesso em: 03 dez. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil cria o Conselho Nacional de Imigração.** Diário Oficial da União 11 de Dezembro de 198. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm Acesso em: 04. dez. 2024.

BUENO, J. M., [Et.al.] **A mobilidade acadêmica internacional: uma revisão bibliométrica e integrativa da literatura entre 2005 e 2022.** Cad. EBAPE.BR, v. 22, nº 5, Rio de Janeiro, e2023-0112, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebapec/cebapec/a/Lh6mJprdfhrTXzPLKpLpPLh/> Acesso em: 02. dez. 2024.

CANO, Ignacio. **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais n Brasil.** Sociologias, Porto Alegre, ano 14, no 31, set./dez. 2012.

CARVALHO, S. B. R. de. [Et.al.] **Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 113-131, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/QrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/>> Acesso em: 02. dez. 2024.

CAVALCANTI, L., BOTEGA, T., TONHATI, T., ARAÚJO, D., org. **Dicionário crítico de migrações internacionais** [online]. Brasília: Editora UnB, 2017. ISBN: 978-85-230-1340-0. <https://doi.org/10.7476/9788523013400>.

CUNHA, M. I. Da. [Et. al.]. **Estudantes africanos em universidades brasileiras: os desafios da internacionalização “às avessas” no cotidiano universitário.** Educação (Porto Alegre), v. 40, n. 3, p. 469-480, set.-dez. 2017.

DUFOURMANTELLE, Anne. **Questão do estrangeiro: vinda do estrangeiro.** In: DERRIDA, Jacques. *Convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. 1. ed. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

ELIAS, Norbert. *Introdução: Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos outsiders.* In: _____ . **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Alburquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 02. dez. 2024.

FLORES, Rigazzo Sharon. **A Democratização do Ensino Superior no Brasil um breve história: da colônia a república.** Educação Superior [RIESup]. 2017. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650611/16824>> Acesso em: 02. dez. 2024.

FORIM, A. B., [Et. al.] um estudo da mobilidade acadêmica internacional em cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos no âmbito dos programas AUGM, Bracol, Bramex e Acordos bilaterais de cooperação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 02, p. 281-304, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/ZsKrwS3Gzr8RZXXdYTTGvcF/> Acesso em: 03. dez. 2024.

GIROTO, G., [Et. al]. Imigrantes e refugiados no brasil: uma análise sobre escolarização currículo e inclusão. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n.1, p. 164-175, jan/abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/43867> Acesso em: 03.dez.2024.

GOLDENBERG, Mirian. Pesquisa Qualitativa: Problemas teóricos e metodológico. In. A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GONÇALVES, Victor. Renaturalizar o ser humano para renovar o sentido de hospitalidade, entre Derrida e Nietzsche. Biannual International Journal of Philosophy. Critical Hermeneutics, 2 (2018).

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

KNIGNT, Jane. Capítulo 1. A internacionalização da educação superior: conceitos, razões e marcos de referência. In. **Internacionalização da Educação Superior: Conceitos, Tendências e Desafios.** 2ª Edição E-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MANÇOS, R. De G., COELHO, S. De. F. Internacionalização da Ciência Brasileira: subsídios para avaliação do programa Ciência sem Fronteiras. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.2, n.2, dezembro/2017.

MARQUES, R. C. A.; CONCEIÇÃO, M. H.; Internacionalização do Ensino, da Pesquisa e Inovação Estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB). Cadernos de Prospecção – Salvador, v. 13, n. 1, p. 56-67, março, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/32460/20784> Acesso em: 03.dez.2024.

MARRARA, Thiago. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, forma e avaliação. R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, 2007. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/132/126> Acesso em: 04.dez.2024.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3), 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?lang=pt>> Acesso em: 03.dez.2024.

MARTINS, Benedito Carlos. Reconfiguração do ensino superior em tempos de globalização. Educ. Soc., Campinas, v. 42, e241544, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QdchGgZpjDrCJnVyhsv7Vj/> Acesso em: 02.dez.2024.

MENDONÇA, Ana Waleska. **A Universidade no Brasil.** Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdcVKtgLrFskfxLJ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 02.dez.2024.

MIRANDA, J. A. A. de; FOSSATI, P. **Movimentos Migratórios e Internacionalização da Educação Superior.** Inter-Ação, Goiania, v. 45, n.3 p.704-727, set/dez, 2020.

MOCARZEL, M. M. V.; [Et. al.]. **A internacionalização da pós-graduação na América Latina: do Sul geográfico às epistemologias do Sul.** REVISTA EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA | v. 16, n. 46, p. 198-219, 2019. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/6151/47966415> Acesso em: 04.dez.2024.

NEVES, C. E. B. [Et. al.]. **Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios.** Sociologias, Porto Alegre, ano 22, n. 54, maio-ago 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/vd6H5x6RB56rrXkYzKDyGVB/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 03.dez.2024.

OIM. **Glossário sobre Migração.** Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2009. OLIVEIRA, Márcio de. **O tema da Imigração na Sociologia Clássica.** DADOS– Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, no 1, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/bK5qDxDsGNjnLVbmjZ543hF/>> Acesso em: 25. nov. 2024.

PACÍFICO, A. P. [et al.]. **Mobilidade humana e migração.** Campina Grande: EDUEPB, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9zzts/pdf/pacifico-9786587171128-04.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PERES, L. B.; [Et al.]. **Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 48, e244344 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7Ljf3CBfYWMMMSW7mZWz5Pg/> Acesso em: 04.dez.2024.

PERES, L. B., [Et. al]. **Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 48, e244344 2022.

BONI, V. QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho, p. 68-80, 2005.

ROSSA, Lya Amanda. **Cosmopolitismo subalterno e raça nos programas de acesso à educação superior para migrantes e refugiados no Brasil.** Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sulv. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/808/834> Acesso em: 04.dez.2024.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **O que é um imigrante?** In A imigração ou os Paradoxos da Alteridade / Abdelmalek Sayad; prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristina Murachco. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, V. A. F. da.; VERÁSTEGUI, R de L. A. **Políticas de acesso para refugiados no Ensino Superior: o caso da Universidade Federal do ABC.** evista de Educação Pública, v. 32, p. 6 38-665, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/13853/13229> Acesso em: 04.dez.2024.

SIMMEL, Georg. *O estrangeiro*. In: **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, J. A. J.; SANTOS, C. E.; LOBO, S. A.; MELO, D. L.; SOARES, C. A. **Concepções de Universidade no Brasil: Uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade.** Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 216-233, Edição Especial. 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=319329765013>> Acesso em: 02.dez.2024.

TEIXEIRA, L. I. L. [Et. al.]. **Internacionalizar para quê? As razões de instituições públicas de ensino superior no Ceará.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, p. 800-821, nov. 2021.

UnB. **Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB) (2018-2022).** Brasília, 2018. Disponível em: <https://int.unb.br/br/component/phocadownload/category/19-plano-de-internacionalizacao-da-unb?download=168:plano-de-internacionalizacao-da-unb> Acesso em: 04.dez.2024.

UnB. **Resolução CEPE n. 64/2007.** Refugiados. Disponível em: <https://int.unb.br/br/estude-na-unb/refugiados#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEPE%20n.%2064/2007> Acesso em: 03. Dez.2024.

UnB. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão nº 0015/2023.** 2023. Disponível em: <https://int.unb.br/br/component/phocadownload/category/69-normas-da-mobilidade-academica-intercambio-e-aluno-visitante?download=1123:resolucao-cepe-15-2023-estabelece-as-normas-para-mobilidade-estudantil-na-unb-vigente> Acesso em: 04.dez.2024.

UnB. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 0250/2014.** 2014. Disponível em: <https://int.unb.br/br/component/phocadownload/category/12-normativas?download=47:resolucao-cepe-250-2014> Acesso em: 04.dez.2024.

UnB. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 64/2007.** 2007. Disponível em: <https://int.unb.br/br/component/phocadownload/category/12-normativas?download=782:resolucao-cepe-n-64-2007> Acesso em: 04 dez. 2024.

UnB. **Resolução nº 0015/2023.** Mobilidade Acadêmica. Disponível em: <https://int.unb.br/br/estude-na-unb/mobilidade-academica> . Acesso em: 03 dez. 2024.

VINUTO, Juliana. **A Amostragem em bolsa de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

WOLTER, Henrique Roberto. **O Ensino Superior a Era Vargas.** Revista Maiêutica, Individual, v. 4, nº 1, p. 131-142, 2016. Disponível em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1472/0#:~:text=Os%20anos%20de%201930%20a,internacionais%20e%20%C3%A0s%20quest%C3%B5es%20trabalhistas> Acesso em: 02.dez.2024.

9. ANEXOS

9.1. Anexo A – Roteiro de Entrevista em Profundidade para Estudantes Internacionais

Roteiro de Entrevista – Extensão

Discentes Imigrantes, Refugiados e Apátridas

Parte 1- Trajetória pessoal e acadêmica

1. Gostaria de iniciar nossa conversa solicitando que você compartilhe um pouco sobre sua trajetória acadêmica até aqui. (explorar: Nacionalidade, Tempo de permanência no Brasil, Curso e ano de entrada e previsão de formatura)
2. Você poderia descrever sua experiência geral na Universidade de Brasília até agora?
3. Você se sentiu acolhido(a) pela comunidade universitária (professores, funcionários e colegas)?
4. Ao chegar na Universidade de Brasília você teve acesso a informações sobre serviços de apoio para imigrantes e refugiados na universidade? Se sim, como essas informações foram apresentadas? (explorar: serviços e programas de assistência estudantil)
5. Como você percebe a atitude dos seus colegas em relação a estudantes imigrantes e refugiados? E a atitude dos professores?
6. [para estudantes não lusófonos] como foi o processo de aprendizado do Português? (explorar: aprendeu antes de migrar, aprendeu no Brasil fora ou na UnB). Você teve dificuldades em acompanhar as disciplinas e a obter informações sobre a Universidade, em geral?
7. O que você acha que pode ser feito para melhorar a inclusão e o suporte a estudantes imigrantes, refugiados e apátridas na universidade?

Parte 2 - Avaliação e considerações finais

8. Como você avalia as iniciativas da UnB voltadas para estudantes imigrantes, refugiados e apátridas?
9. Quais aspectos positivos que você destacaria sobre a sua experiência acadêmica até o momento?
10. Quais foram os principais desafios que você destacaria que enfrentou ao ingressar na universidade?
11. Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência na Universidade de Brasília?

9.2.Anexo B – Roteiro de Entrevista em Profundidade para Secretaria de Assuntos Internacionais (INT)

Roteiro de Entrevista – Extensão

ROTEIRO PARA A INT

Parte 1 – Plano de Internacionalização, Programas e Projetos

1. Gostaria de iniciar nossa conversa falando sobre o plano de internacionalização da Universidade de Brasília. Você participou da construção do plano? Como foi o processo de elaboração? Quem participou (comunidade acadêmica, imigrantes, sociedade civil, outras organizações)? Quais aspectos são contemplados no plano para o acolhimento e inclusão de imigrantes e refugiados na UnB? Como ele se efetiva? (pode citar exemplos)
2. Além das ações previstas no plano, existem programas ou projetos específicos para acolher os estudantes imigrantes, refugiados e apátridas? Se sim, são feitos em parceria com alguma instituição? Quais? Como funcionam? (explorar critérios, quem atua – se são voluntários, se há algum tipo de preparo – como são divulgados)
3. E para a integração desse grupo, existem programas ou projetos para garantir a sua inclusão? Se sim, são feitos em parceria com alguma instituição? Quais? Como funcionam? (explorar critérios, quem atua – se são voluntários, se há algum tipo de preparo – como são divulgados)

Parte 2 – Serviços e atuação do INT

4. Quais serviços a INT oferece especificamente para migrantes, refugiados e apátridas? (explorar: assistência social, trâmites burocráticos, matrícula, moradia) Como esses serviços são organizados para atender as necessidades desse grupo?
5. Como a INT organiza o registro formal de migrantes, refugiados e apátridas na UnB? Quais são as etapas e os documentos necessários, considerando suas particularidades?

Parte 3 -Avaliação

6. Como a INT avalia as ações voltadas para imigrantes, refugiados e apátridas na Universidade de Brasília? Essas ações têm obtido adesão do público?
7. Em relação à adesão, existem diferenças entre as nacionalidades? Poderia informar quais nacionalidades procuram mais os serviços, ou não há diferença significativa?

9.3.Anexo C – Roteiro de Entrevista Secretaria de Direitos Humanos (SDH)

Parte 1 – Conhecer o trabalho desenvolvido pela secretaria e o perfil de discentes que atendem

1. Gostaria de iniciar nossa conversa falando sobre qual é o papel da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) dentro da Universidade de Brasília (UnB)? (Explorar: como o setor se organiza, quais são as atividades desenvolvidas, como surgiu, qual o perfil dos discentes que mais procuram o setor, se existem políticas de acolhimento e inclusão para o perfil da pesquisa).
2. A Secretaria de Direitos Humanos tem algum plano específico para o acolhimento e inclusão de imigrantes? (Explorar: perguntar se existem políticas voltadas, quais são as queixas que esse perfil de estudante leva para os funcionários, quais são as principais dificuldades no atendimento. Se existir um plano, explorar como foi pensado e implementado, e quem são os atores).

Parte 2 - Programas e Projetos

3. A Secretaria desenvolve algum programa ou projeto voltado especificamente para o acolhimento desses estudantes? (Explorar: quais são as ações concretas realizadas? Esses projetos são feitos em parceria com outras instituições? Se sim, com quais?)
4. E no que diz respeito ao acolhimento e inclusão desses estudantes dentro da instituição, a Secretaria possui iniciativas específicas? (Explorar: o funcionamento, quais são os critérios de participação, se há apoio institucional).

Parte 3 – Avaliação

5. Como a SDH avalia as ações voltadas para imigrantes, refugiados e apátridas na Universidade de Brasília? Essas ações têm obtido adesão do público?
6. Em relação à adesão, existem diferenças entre as nacionalidades? Poderia informar quais nacionalidades procuram mais os serviços, ou não há diferença significativa?

9.4.Anexo D – Roteiro de Entrevista Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS)

Roteiro de Entrevista – Extensão

Roteiro de Entrevista – Diretoria de Desenvolvimento Social

(DDS) Parte 1 – Atendimento

1. Gostaria de iniciar nossa conversa falando sobre qual é o papel da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) dentro da Universidade de Brasília (UnB)? (Explorar: como o setor se organiza, quais são as atividades desenvolvidas, como surgiu, qual o perfil dos discentes que mais procuram o setor, se existem políticas de acolhimento e inclusão voltadas para o perfil da pesquisa).
2. A Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) tem algum plano específico para o acolhimento e inclusão de imigrantes? (Explorar: perguntar se existem políticas voltadas, quais são as queixas que esse perfil de estudante leva para os(as) assistentes sociais, quais são as principais dificuldades no atendimento. Se existir um plano, explorar como foi pensado e implementado, e quem são os atores).

Parte 2 - Programas de Assistência

3. A Secretaria desenvolve algum programa voltado especificamente para o acolhimento desses estudantes? (Explorar: quais são os auxílios estudantis existentes, qual perfil atende, como é a demanda de atendimento, verificar se o perfil dos estudantes da pesquisa chega até eles, quais são as dificuldades que enfrentam, verificar se os(as) assistentes sociais têm treinamento para realizar o atendimento).
4. E no que diz respeito ao acolhimento e inclusão desses estudantes dentro da instituição, a Secretaria possui iniciativas específicas? (Explorar: o funcionamento, quais são os critérios de participação, se há apoio institucional).

Parte 3 – Avaliação

5. Como a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) avalia as ações voltadas para imigrantes, refugiados e apátridas na Universidade de Brasília? Essas ações têm obtido adesão do público?
6. Em relação à adesão, existem diferenças entre as nacionalidades? Poderia informar quais nacionalidades procuram mais os serviços, ou não há diferença significativa?